

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DO ANO DE 2018
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2018

NO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA

DE

BRAGANÇA

SIGLAS

AM	Assembleia Municipal
AMB	Assembleia Municipal de Bragança
BE	Bloco de Esquerda
CCDR-N	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
CIM-TTM	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes
CM	Câmara Municipal
CMB	Câmara Municipal de Bragança
DRAPN	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
PAOD	Período de Antes da Ordem do Dia
PCP	Partido Comunista Português
PJF	Presidente de Junta de Freguesia
PNM	Parque Natural de Montesinho
POD	Período da Ordem do Dia
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
ULS	Unidade Local de Saúde

Primeira Sessão Ordinária/2018 da Assembleia Municipal de Bragança, realizada no dia 28 de fevereiro, no Auditório Paulo Quintela de Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
Quórum – Primeira Sessão Ordinária – 28 de fevereiro 2018	8,77
Expediente	8
Suspensão de mandato	9
Membros que solicitaram a substituição	9
Membros suplentes convocados	10
Verificação de poderes – Instalação de membros suplentes	10
Moção – Programa Especial do Parque Natural de Montesinho	12
Moção – Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários do Município.	20
Moção – Solidariedade intermunicipal com as populações do concelho de Almeida contra a instalação de uma Mina de Urânio a Céu aberto em Retortillo - Espanha	23
Moção – Habitação, Habitação Social, ProHabita e renda Apoiada	78
Presenças e faltas	111

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1- ATAS: Leitura, discussão e votação das seguintes atas:	11
2 - PÚBLICO – Período de Intervenção.	12
3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.	12
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	35
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.	36
4.2– DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	93

4.2.1 - Autorização para abertura de procedimento concursal com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo, para 5 (cinco) postos de trabalho da carreira/categoria de técnico superior e 1 (um) técnico de informática – Projeto “Bragança acompanha – Sucesso escolar”;	93
4.2.2 – Apoio às Juntas de Freguesia;	99
4.2.3 – Pessoal auxiliar para as atividades de animação e apoio à família e prolongamento de horário no Jardim de Infância e na EB1 de Parada – Ano letivo de 2017/2018 - Alteração da Entidade Coordenadora/Gestora;	103
4.2.4 – Resíduos do Nordeste, EIM, S.A – Designação de Fiscal Único para o mandato 2017-2021. (Ver página 11)	106
4.3 – DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	108
4.3.1- Declarações de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2017;	108
4.3.2 – Isenções totais ou parciais relativamente a impostos e a outros tributos próprios (n.º2, art.º 16.º da lei n.º 73/2013 de 03/09) no âmbito da autorização genérica conforme deliberação da Assembleia Municipal em sessão de 15 de dezembro de 2017.	110

INTERVENÇÕES:

Nome	Página (s)
Amparo Alves	74
António Anes	85,98
António Malhão	23,88
Catarina Assis	20,23
Fátima Renovato	84,85
Filipe Costa	18,25,98,101
Filipe Fernandes	18
Idalina Brito	77,82,84
Isabel Lopes	34
Júlio Carvalho	19,84
Luís Fernandes	88
Manuel Rodrigues	84
Nuno Diz	19,88
Paulo Lopes	27
Paulo Preto	12,18,
Presidente da Câmara	23,71,83,91,99,102,108,109
Presidente da AM	88,93
Rui Gonçalves	84
Sampaio Veiga	25

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Alberto Pais	82
Alfredo Teixeira	68
António Anes	11,71
António Malhão	68,82
Armindo Lopes	

Dinis Costa	
Fátima Renovato	71
Filipe Costa	11,69
Luís Dias	68,91
Luís Silvestre	71
Nuno Diz	70
Sampaio Veiga	67

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Fátima Renovato	20,103
Filipe Costa	19,85,103
Luís Silvestre	85

DEFESA DA HONRA

Nome	Página (s)
Alberto Pais	84

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro, realizou-se, no Auditório Paulo Quintela, a Primeira Sessão Ordinária do ano de 2018, desta Assembleia Municipal, tendo o seu início às dez horas e trinta minutos, e fim às dezassete horas e cinquenta minutos, na qual participaram sessenta e cinco membros, dos setenta e nove que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- ATA: Leitura, discussão e votação da ata da quinta sessão ordinária/2017 (Primeira Sessão Ordinária do Mandato 2017/2021), realizada no dia 15 de dezembro.

2- PÚBLICO – Período de Intervenção.

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

4.2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.2.1 - Autorização para abertura de procedimento concursal com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo, para 5 (cinco) postos de trabalho da carreira/categoria de técnico superior e 1 (um) técnico de informática – Projeto

“Bragança acompanha – Sucesso escolar”;

4.2.2 – Apoio às Juntas de Freguesia;

4.2.3 – Pessoal auxiliar para as atividades de animação e apoio à família e prolongamento de horário no Jardim de Infância e na EB1 de Parada – Ano letivo de 2017/2018 - Alteração da entidade Coordenadora/Gestora.

4.3 - Discussão e tomada de conhecimento sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.3.1- Declarações de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2017;

4.3.2- Isenções totais ou parciais relativamente a impostos e a outros tributos próprios (n.º2, art.º 16.º da lei n.º 73/2013 de 03/09) no âmbito da autorização genérica conforme deliberação da Assembleia Municipal em sessão de 15 de dezembro de 2017.

QUÓRUM - Dadas as condições climatéricas (muita neve), houve dificuldades na deslocação, por parte de alguns membros, pelo que o Sr. Presidente da AM deu algum tempo de espera. Quando verificada a existência de quórum, deu início aos trabalhos às dez horas e trinta minutos.

EXPEDIENTE: Alínea m) do n.º 1 do artigo 29º da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro.

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE CORRESPONDÊNCIA MAIS RELEVANTE
ENTRADA, E EMITIDA, NOS SERVIÇOS DE APOIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
DESDE A ÚLTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE, REALIZADA NO DIA
19/02/2018**

ENTRADA

Data	Remetente	Assunto
14/12	Instituto Nacional de Estatísticas	Informação estatística do Município de Bragança.
23/01	Gabinete do Primeiro Ministro	Acusa a receção da moção “Produção da castanha em Bragança”.
25/01	Grupo Parlamentar do PCP	Acusa a receção das moções “ Produção de castanha em Bragança” e “Apoio à construção de barragens”.
26/01	CPCJ	Relatório de Atividades do ano de 2017.
26/01	Gabinete do Primeiro Ministro	Acusa a receção da moção “Apoio à construção de barragens”.
29/01	Ministério da Agricultura	Acusa a receção da moção “Produção da castanha em Bragança”.
2/02	Presidente da República	Acusa a receção da moção “Apoio à construção de barragens”.

06/02	Grupo Parlamentar “Os Verdes”	Acusa a receção das moções “Produção de castanha em Bragança” e “Apoio à construção de barragens”.
09/02	ULSNE	Representação da AM no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde da ULS-Bragança.
15/02	Grupo Parlamentar “Os verdes”	Parque de armazenamento de madeira queimada nos incêndios de 2017.

EMITIDA

Data	Destinatário	Assunto
22/11	CMB	Envio das senhas de presença e boletins itinerários.
8/01	Várias entidades	Envio das moções: Produção de castanha em Bragança” e “ Apoio à construção de barragens”.
15/01	CMB	Ficheiro por Assuntos – Deliberações (Mandato 2013/2017).

ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

MANDATOS – MEMBROS:

1 - SUSPENSÃO DE MANDATO – Armindo dos Santos Carneiro Gonçalves (CDS/PP) - (de 29 de dezembro/2017 a 29 de junho/2018). Foi convocado João Manuel Saldanha.

2 – SUBSTITUIÇÃO

- de membros efetivos:

PS: Armindo Augusto Lopes, e Dinis Manuel Prata Costa

PSD: Maria Cristina Ramos Raposo Preto

- de Presidentes de Junta de Freguesia:

Juvêncio Alves de Carvalho (Sortes) – Fez-se substituir por José Bernardo Martins Rodrigues

MEMBROS SUPLENTES CONVOCADOS:

PS: Normando dos Santos Lima e Sandra Marina Veiga Marrão (Faltou)

PSD: Adelaide da Conceição Miranda Fernandes

VERIFICAÇÃO DE PODERES E INSTALAÇÃO de membros suplentes da Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da Mesa procedeu, de seguida, à verificação da legitimidade e identidade dos Srs. membros suplentes.

Verificados os poderes, foram instalados como membros suplentes desta Assembleia Municipal: João Manuel Saldanha (CDS/PP), Normando dos Santos Lima (PS) e José Bernardo Martins Rodrigues (Substituto do PJJ Sortes – PSD)

JOÃO MANUEL SALDANHA – Eleito pela lista do CDS-Partido Popular, de 49 anos de idade, filho de Fernando Saldanha e de Maria de Deus Nequinha Saldanha, natural e residente na freguesia da Sé, Município de Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 8114117, e eleitor n.º A-7480 da Comissão recenseadora da União das freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo.

NORMANDO DOS SANTOS LIMA - Eleito pela lista do Partido Socialista, de 78 anos de idade, filho de Artur Augusto Lima e de Deolinda Augusta Lopes, natural e residente na Freguesia de Izeda, Município de Bragança, portador do Bilhete de Identidade n.º 7350295, e cartão de eleitor n.º A-1307 da Comissão Recenseadora da União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova.

JOSÉ BERNARDO MARTINS RODRIGUES – Eleito pela lista do Partido Social Democrata, de 56 anos de idade, filho de Aníbal da Ressurreição Rodrigues e de Ester da Natividade Martins Rodrigues, natural da Freguesia de Sortes, residente em Lanção, freguesia de Sortes, Município de Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 5847875, e eleitor n.º 323 da Comissão Recenseadora da Freguesia de Sortes.

Prosseguindo, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão e votação do Plenário a **inclusão, na ordem de trabalhos, da proposta da Câmara Municipal, para discussão e deliberação – “Resíduos do Nordeste, EIM, S.A – Designação de Fiscal Único para o Mandato 2017-2021”**, com a numeração: **PONTO 4.2.4.**

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta de inclusão submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, quarenta e oito membros presentes.

Não houve declarações de voto.

PONTO 1 - ATA: Leitura, discussão e votação da ata da quinta sessão ordinária/2017 (primeira sessão ordinária do Mandato 2017/2021), realizada no dia 15 de dezembro.

Solicitaram esclarecimentos os membros Filipe Costa (CDU) e António Anes (BE).

Filipe Costa – Apresentou, por escrito, o seguinte:

“ Uma primeira nota é uma proposta. Creio que é útil e facilita quem consulta as atas identificar os membros ou as forças políticas de que fazem parte aquando da votação das diferentes decisões desta assembleia, ou seja, tal ponto foi aprovado por maioria com 1 voto contra do partido X e duas abstenções do partido Y e Z.

A segunda nota são precisões e correção de gralhas.

- Na capa da Ata onde diz “realizada em 15 de Dezembro de 2018” é Dezembro de **2017**;
- Na página 15, no primeiro parágrafo onde diz “respeito à eleição dos membros da Assembleia Municipal para integrarem a Comunidade Intermunicipal” é integrarem a **Assembleia** da Comunidade Intermunicipal;
- Na página 17 na quarta linha que diz respeito à minha intervenção, onde diz “dizia respeito à posição do potencial da produção” é dizia respeito à **reposição** do potencial da produção;
- Na página 26 na primeira linha que diz respeito à minha intervenção, onde diz “disse o PCP sempre se debateu pela regionalização” é disse **que** o PCP sempre se **bateu** pela regionalização.”

António Anes – Referiu que na página dois da ata não constava a sigla do Bloco de Esquerda. Aproveitou o momento para dizer que no portal do Município de Bragança, na Composição da Assembleia Municipal, na identificação dos deputados municipais, também não constava o símbolo do Bloco de Esquerda.

Não houve intervenções.

Após análise e discussão, foi a mesma ata submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, quarenta e oito membros presentes.

Não houve declarações de voto.

PONTO 2 – PÚBLICO - PERÍODO DE INTERVENÇÃO.

Não houve intervenções.

PONTO 3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Fizeram intervenções os membros Paulo Preto (PSD), Catarina Assis (BE), Sampaio Veiga (PS), Filipe Costa (CDU), Paulo Lopes (PS) e Isabel Lopes (PSD).

Paulo Preto – Apresentou, por escrito, a seguinte moção:

“ MOÇÃO

Como é do conhecimento geral, foi publicado em Diário da República o Despacho nº 4429/2017, que determina o início do procedimento de elaboração do programa especial do Parque Natural de Montesinho (PEPNM).

A Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio, que aprovou as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, deixou de prever a figura dos planos especiais de ordenamento do território, determinando a obrigatoriedade de proceder à integração do conteúdo dos planos especiais de ordenamento do território nos planos territoriais intermunicipais ou municipais, diretamente vinculativos dos particulares.

Assim, A Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, em cumprimento do decreto-lei nº 80/2015, de 14 de Maio, determinou que fosse dado início ao procedimento de elaboração do programa especial do Parque Natural de Montesinho.

Deste modo, exige-se uma tomada de posição quanto ao programa especial do Parque Natural de Montesinho, mas principalmente quanto ao modo como o procedimento de elaboração do mesmo está a ser conduzido pelo ICNF bem como pelo Ministério do Ambiente que o tutela.

Assim, desde já, e como veiculado publicamente, não estamos de acordo com o processo de recondução dos atuais planos de ordenamento do Parque Natural de Montesinho, facto comunicado em 6 de Fevereiro de 2018, data em que teve lugar uma reunião da comissão consultiva do Processo de elaboração do Programa Especial do PNM, na qual estiveram presentes as entidades que têm assento na mesma, onde se inclui o Município de Bragança. Isto, porque, os mesmos deviam ser alterados e ajustados à realidade das comunidades inseridas no PNM, repudiando assim a tomada de posição unilateral de recondução dos planos existentes por parte do ICNF, que como se sabe, em nada foram benéficos nos últimos 10 anos.

As áreas protegidas, como o é o Parque Natural de Montesinho, não são apenas instrumentos de conservação de habitats e espaços de elevado valor natural, biológico ou paisagístico. São também instrumentos de qualificação dos espaços habitados, de promoção económica e social dos seus habitantes (condição essencial para que se mantenham vivos e habitados).

Se tal não se verificar, as áreas protegidas deixarão de ser um instrumento de desenvolvimento e progresso social, cultural e económico, para ser, apenas, um instrumento de proteção e salvaguarda de componentes biofísicas, da flora e da fauna.

Hodiernamente assiste-se a um permanente esvaziamento das áreas rurais, e para o qual, o atual Plano de Ordenamento muito tem contribuído, pois sempre foi um entrave ao investimento por parte das populações nas referidas áreas.

É notória a desconfiança das populações locais do PNM quando se fala da sua administração e do seu regulamento. Tudo está mal quando não é estabelecido um diálogo e uma cooperação, algo que a gestão do Parque Natural de Montesinho nunca praticou. O ICNF, tutelado pelo Ministério do Ambiente, com os planos de Ordenamento atuais, já causou danos irreversíveis nas populações, já que nunca foram almejados os objetivos dos mesmos, atuando como supostos donos e reguladores de terras que não lhe pertencem.

A revisão dos planos de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho (agora programa especial do Parque Natural de Montesinho), tem que ter em conta as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades, de modo a que as áreas protegidas se desenvolvam sustentadamente, tendo como parâmetro essencial as necessidades básicas das populações. O bem-estar e a qualidade de vida são também aspetos essenciais a ter em atenção para um processo de inclusão social e territorial, com uma dimensão endógena sustentada, que deve ser estimulada pelo exterior, mas principalmente pelos elementos das comunidades integrantes da mesma.

Os planos de Ordenamento das áreas protegidas não podem, nem devem ser iguais nos diferentes locais, já que a geografia, biodiversidade, o desenvolvimento, as redes viárias, e principalmente as comunidades não são as mesmas, e por isso, os objetivos e a implementação dos planos têm de variar, atualizando-se e adaptando-se consoante as Áreas protegidas.

No caso do Parque Natural de Montesinho, a aplicabilidade dos planos de Ordenamento existentes têm sido entraves ao desenvolvimento, tanto económico como social da região.

Apesar da função de preservação dos recursos naturais, a constituição de Áreas Protegidas no seio das comunidades não está a ser apreciada, muito devido à falta de comunicação e de entendimento da população com a criação da Área Protegida, mas principalmente com os planos de ordenamento aplicados.

A oposição por parte dos habitantes é notória, pois atuais planos de Ordenamento e a sua aplicabilidade dão primazia à biodiversidade, ao invés das pessoas. Assim, as populações locais estão condenadas a condições de vida menos satisfatórias para que não se perturbe o quadro paisagístico e natural daquelas áreas.

Sabemos então, que os Planos de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, terão que ser revistos, ou melhor, terá que ser elaborado um programa especial do Parque Natural de Montesinho. Assim, a comissão liderada pelo ICNF, tendo conhecimento que os planos atuais sofrem de deficiências estruturais, propõe que os mesmos planos sejam novamente aprovados, nada se modificando, ficando tudo na mesma, com prejuízo para todos, para o parque Natural de Montesinho, para a região e principalmente para as pessoas, que são o elemento essencial neste processo.

Os atuais planos inviabilizam um conjunto de iniciativas a levar a cabo pelas freguesias, município e particulares, que poderiam potenciar o Parque Natural de Montesinho e a Promoção do Desenvolvimento Local, desenvolvimento sustentável do PNM e contribuir para o desenvolvimento económico do país.

As populações, bem como os seus representantes têm que ter uma voz ativa na formação dos Planos de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho (programa especial do Parque Natural de Montesinho), já que a ligação existente entre a população residente nas áreas protegidas e o meio natural, é que criou a diversidade paisagística e faunística que caracteriza o Parque Natural de Montesinho, pois as populações residentes são os verdadeiros guardiões e criadores do Parque Natural de Montesinho.

Assim, terá sempre de existir uma gestão participada pelas comunidades, bem como pelos seus eleitos, já que as autarquias e autarcas encontram-se totalmente postas de parte na gestão das áreas protegidas, bem como dos processos de criação dos planos de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho.

A simples participação em comissões consultivas, onde as opiniões e contributos dados por aqueles que nela participam não são tidos em conta, em nada contribuirá para um melhor programa especial do Parque Natural de Montesinho.

Deste modo, há um longo caminho a ser percorrido pelas Áreas Protegidas, começando no processo de elaboração do programa especial do Parque Natural de Montesinho, desejando-se mudanças de rumo e atitude.

Assim:

Considerando que cabe aos Municípios a defesa, proteção e valorização do seu território e nessa medida se enquadra, também a valorização dos recursos naturais;

Considerando que cabe ao Municípios criar as condições que permitam às populações continuar a viver nos seus territórios, fazer investimentos que melhor contribuam para melhorar a sua qualidade de vida, garantindo assim a subsistência e evitando o abandono dos territórios;

Considerando que os Municípios têm relação de proximidade que os vocaciona para assegurar um serviço de gestão ambiental com capacidade de controlo permanente e intervenção imediata;

Considerando que os recursos ambientais são pilar básico do desenvolvimento sustentado, contribuindo para a capacidade atrativa na localização de investimentos, estando também, associada a muitas estratégias municipais de desenvolvimento, legitimadas politicamente pelos eleitores, pensadas e propostas em vista da melhoria da qualidade das populações locais;

Considerando que o Plano de Ordenamento do PNM não contempla o desenvolvimento económico sustentável e não salvaguarda os interesses das populações locais, proibindo, condicionando e burocratizando as atividades;

Considerando que o planeamento do território deve assegurar, de forma clara e racional, a classificação dos usos do solo, salvaguardando o interesse público e o respeito pelos direitos da propriedade, criando uma solução harmoniosa entre o sentido útil dos usos e a sustentação das populações locais, dos seus anseios e das suas economias, contemplando para além da componente ambiental, também o desenvolvimento económico, a sustentabilidade e interdependência das regiões;

Considerando que o Plano de Ordenamento do PNM não atende aos problemas concretos existentes nos espaços onde as populações e os agentes económicos têm a sua propriedade e a sua atividade;

Considerando que o Plano de Ordenamento do PNM estabelece um conjunto de proibições e condicionalismos que dificultam a sustentabilidade e conduzem ao afastamento das populações mais jovens, confrontadas com uma política restritiva, burocratizada sem incentivos ao investimento na sua terra;

Considerando que o Plano de Ordenamento do PNM não garante a plenitude da vida humana, principal ator de dinamização de todo este espaço, que ao longo de toda a sua existência e permanência neste local soube sempre encontrar o equilíbrio de auto sustentabilidade e harmonia com a vida selvagem e os diferentes habitats;

Considerando que as regras aplicáveis ao PNM não são idênticas às aplicadas noutros Parques com a mesma classificação, apresentando-se como mais penalizadoras para as populações aí residentes e inibidoras do desenvolvimento;

Considerando que a tendência de acréscimo da população na área do PNM tem vindo a acentuar-se, fruto não só da conjuntura nacional mas também, dos constrangimentos que ao longo da existência do PNM se foram fazendo sentir, por força

das normas existentes, exageradamente restritivas e muitas delas arbitrárias, criando na população ativa muita apreensão, excesso de burocracia com pareceres e autorizações, muitas das vezes, desfavoráveis, não se compreendendo muito bem porquê;

Considerando que é urgente, conforme orientação política, apostar no desenvolvimento do interior, eliminando ou debelando elementos que não facilitem essa tendência;

Considerando que o Município de Bragança, desde sempre, esteve contra a aprovação do Plano de Ordenamento do PNM, na sua versão atual, por entender que o mesmo é lesivo para as populações, pelas razões apontadas nos anteriores considerandos e que levou à diminuição da atividade agrícola, ao abandono dos campos, à perda da qualidade dos valores ecológicos e paisagísticos e ao acentuar dos riscos de incêndio;

Considerando que o Plano de Ordenamento do PNM foi aprovado há mais de 10 anos, período de tempo mais que suficiente para que se inicie um processo de alteração de regras então aprovadas, fruto, também, das mudanças sociais, económicas, ambientais, etc.;

Propõe-se:

a) Que o processo de “recondução do Plano de Ordenamento do PNM” seja imediatamente suspenso e seja iniciado um processo de revisão do Plano de Ordenamento do PNM.

b) Que a seguinte proposta seja enviada às seguintes entidades:

Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro do Ambiente, Ministro da Agricultura, Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Secretário de Estado das Florestas, Presidente do Conselho Diretivo do ICNF, Assembleias Municipais de Bragança e Vinhais, Câmaras Municipais de Vinhais, Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada a Cinta, Presidente da CCDR-N, Presidente da CIM-TTM, Juntas de Freguesia integrantes do PNM, Grupos Parlamentares da AR, Comunicação Social.

Os subscritores: Júlio Carvalho e Paulo Preto (Grupo Municipal do PSD) ”

O membro Filipe Costa (CDU) disse que desconhecia o Despacho referido na moção pelo que não tinha condições para se pronunciar sobre ele, e solicitou que fosse fornecida informação sobre o conteúdo do mesmo, para ajudar na discussão.

Paulo Preto – Quanto ao Despacho, referiu que o mesmo ordenava a revisão do programa especial de ordenamento do PNM, que as revisões são feitas de dez em dez anos, e que, tendo sido a última em 2008, estava na altura de ser feita uma nova revisão.

Disse, ainda, que o Despacho se referia à recondução dos atuais planos, que as pessoas que fazem parte da Comissão Consultiva teriam que dar os seus contributos, mas que as opiniões não eram vinculativas, pelo que o PSD entendia que não deviam ser reconduzidos os atuais planos, porque eram altamente lesivos para a população em geral.

Fizeram intervenções os membros Filipe Costa (CDU), Luís Fernandes (PUF Izedo, Calvelhe e Paradinha Nova), Júlio Carvalho (PSD) e Nuno Diz (PJF Parâmio).

Filipe Costa – Quanto ao conteúdo da moção, disse que a CDU não isentava de responsabilidades o ICNF pela situação de desagrado das populações e de várias outras entidades, em relação ao PNM, e que a moção devia ter outra dimensão, porque entendia que o património ambiental devia ter um caráter universal, que o PNM é um património do País e não apenas dos Bragançanos e Vinhaenses, e que teria que ser articulada com outras áreas protegidas, em outras zonas do País, pelo que o Estado tinha um importante papel nesta questão.

Referiu, ainda, que a CDU entendia que devia haver o envolvimento de várias entidades (câmaras municipais, movimento associativo, IPB, associações de defesa dos ambientes e movimento sindical) na construção de um plano de ordenamento que desse resposta aos anseios das populações e que correspondesse à defesa do património ambiental.

Terminou, dizendo que a moção, com aquele conteúdo, não colheria o apoio da CDU.

Filipe Fernandes – Referiu que o tema, atualmente, é muito importante, e que, desde há muito tempo, existia o confronto entre as populações e o PNM. Disse que tinha que haver uma revisão com regras, sim, mas adaptada às condições atuais, e que respondesse aos anseios das populações.

Disponibilizou-se para lutar por esta causa, mesmo que o Governo seja PS.

Também pediu que o Representante da AM, eleito para a Comissão de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do PNM, desse conhecimento daquilo que se passou na reunião da referida Comissão, relativamente à recondução do Plano.

Júlio Carvalho - Congratulou-se com a proposta apresentada pelo membro Paulo Preto, e referiu que o que estava em causa era a gestão do Parque, e que não se entendia que as câmaras municipais tivessem sido afastadas da gestão dos parques.

Recordou a intervenção do candidato do PS à CMB, nas últimas eleições, que se insurgiu contra a forma como a gestão da PNM estava a ser executada.

Referiu que, caso o plano de ordenamento de um parque estivesse contra um Plano Diretor Municipal, havia motivos para extinção do próprio parque.

Terminou, dizendo que não havia democracia na discussão do plano de ordenamento do PNM, porque o mesmo deveria ter uma discussão aberta, e que, caso o plano fosse reconduzido, iria intentar uma ação popular, prevista nos termos da Constituição, contra o Estado Português, por violar os direitos fundamentais dos cidadãos da área do parque.

Nuno Diz – Corroborou a intervenção do membro Júlio de Carvalho, assim como a moção apresentada, e referiu que a atual gestão do PNM penalizava as populações nele residentes, pelo que se tornava obrigatório e urgente uma alteração ao plano de ordenamento do parque, e que as populações, bem como os presidentes das respetivas câmaras, tinham que ser ouvidos.

De seguida, foi a mesma moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria absoluta, com um voto contra da CDU, duas abstenções do BE e cinquenta e um votos a favor do PSD e PS, estando, momentaneamente, cinquenta e quatro membros presentes.

Fizeram declaração de voto os membros Filipe Costa (CDU) e Fátima Renovato (PS).

Filipe Costa – Apresentou, por escrito, o seguinte:

“ A CDU justifica o sentido de voto quanto à moção em causa, não por discordar da necessidade de rever o plano de ordenamento, da necessidade de envolver as

populações e as diferentes entidades ou até por considerar isento de responsabilidades o ICNF e o Estado pelo descontentamento que grassa no seio das populações. O sentido de voto da CDU justifica-se pelo facto de a autarquia, nomeadamente a Câmara Municipal, fazer tábua rasa das suas responsabilidades em todo o processo, desde logo por ao longo de anos aceitar coniventemente as opções políticas de encerramento de vários serviços do PNM e a diminuição do conjunto de trabalhadores (Vigilantes da Natureza; Guardas Florestais; administrativos entre outros), importantes para uma relação de proximidade entre populações e estruturas de gestão do PNM. Para a CDU o papel da autarquia na relação com o ICNF e o PNM não foi o de procurar soluções para o problema mas sim o de acirrar as populações contra o PNM e as áreas protegidas, não reconhecendo a importância do património ambiental como um bem nacional, mas como sua propriedade.

É pela tentativa da CM se isentar de responsabilidades e não por a CDU não reconhecer problemas e constrangimentos quanto à vida das populações e à relação com as estruturas responsáveis pela gestão do PNM, aliás como se pode comprovar pela Resolução do PCP apresentada na AR em 2016, que não votamos favoravelmente a moção.”

Fátima Renovato – “ O PS votou favoravelmente porque entende que é muito importante haver alterações no funcionamento no Parque de Montesinho, e na expectativa de que esta votação favorável do PS seja no sentido de melhorar tudo o que é necessário no Parque, para bem de todos nós. Portanto, esperemos. ”

Prosseguiram as intervenções do PAOD, usando da palavra a membro Catarina Assis (BE), a qual apresentou, por escrito, a seguinte moção:

“ MOÇÃO

Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários do Município

A precarização do trabalho tem sido uma marca da degradação das relações laborais nos últimos anos. Não apenas no setor privado, mas também no Estado, disseminaram-se múltiplas modalidades de emprego precário e multiplicaram-se vínculos não permanentes, falsas prestações de serviço, utilização de estágios para preencher

necessidades permanentes, formas de intermediação laboral precarizadoras, o recurso a programas ocupacionais para preencher, com um custo muito reduzido, verdadeiras necessidades permanentes dos serviços.

Também nas autarquias foi assim. O artigo 19º da Lei do Orçamento do Estado para 2016 determinou a realização de Levantamento dos instrumentos de contratação de natureza temporária na Administração Pública. O Relatório sobre esse Levantamento foi divulgado a 31 de janeiro de 2017, revelando a dimensão desta realidade. No que diz respeito à Administração Local e ao Setor Empresarial Local foram identificados, à data de 30 de junho de 2016, 12 738 trabalhadores enquadrados por Contratos Emprego Inserção e Contratos Emprego Inserção +, 1 048 estagiários enquadrados pelo regime jurídico do programa de estágios profissionais na administração local (PEPAL) que consta do Decreto-Lei nº 166/2014, de 6 de novembro, 5 772 prestadores de serviços (os designados recibos verdes), 4 532 contratos a termo resolutivo na Administração Local e 2 149 no setor empresarial local.

Com o referido Relatório estabeleceu-se também que a Direção-Geral da Administração Local (DGAL) deveria proceder a um levantamento junto das autarquias locais, até 31 de outubro de 2017, das funções desempenhadas ao abrigo dos instrumentos de contratação a que se referia o mencionado documento.

Em dezembro de 2017, foram conhecidos os dados reportados à DGAL, nos quais os organismos da administração local reconheciam haver 15.758 trabalhadores precários a assegurar funções permanentes, dos quais cerca de metade (46,6%) são desempregados com contratos financiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). O número - indicado pelas câmaras, juntas de freguesia, empresas locais, serviços municipalizados e entidades intermunicipais - representa 14% do total de trabalhadores do sector local.

O Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) é, mais do que uma oportunidade, um repto para que finalmente sejam respeitados os direitos mais elementares dos trabalhadores que garantem os serviços públicos. Todos os organismos públicos, na Administração Central ou Local, são chamados a cumprir a lei, regularizando as situações de precariedade.

A Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, prevê os procedimentos do processo de regularização e integração dos trabalhadores precários do Estado, em que se incluem as

autarquias locais e os seus diversos organismos: Câmaras Municipais, Serviços Municipalizados, Entidades Intermunicipais, Empresas Locais, Juntas de Freguesia.

Ora, tendo esta Câmara Municipal respondido, em outubro passado, ao inquérito realizado pela parte da Direção-Geral da Administração Local, trata-se agora de concretizar a regularização de todas essas situações, dando cumprimento a um objetivo da maior importância: o restabelecimento da normalidade no que às relações laborais no setor público diz respeito.

Assim, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida a 28 de fevereiro de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Bragança:

1) A divulgação, num prazo máximo de 3 dias, dos dados remetidos pela Câmara Municipal à Direção Geral da Administração Local relativos à existência de vínculos precários na autarquia, discriminando o tipo de vínculo, a categoria profissional e as funções desempenhadas;

2) A implementação de um processo de regularização de todos os vínculos precários existentes na autarquia, recorrendo aos mecanismos previstos no PREVPAP e conforme previsto no nº 3 do artigo 2º da Lei nº 112/2017;

3) Na execução do processo de regularização, deve a Câmara prever, conforme previsto no nº 5 do artigo 3º daquele diploma:

a) uma fase para apresentação de requerimentos pelos interessados, aberto a todos os trabalhadores com vínculos precários, com vista a requerer a sua inclusão no processo;

b) a definição de uma comissão paritária, composta por representantes da Câmara Municipal e dos trabalhadores, com a missão de avaliar as situações a regularizar. Esta comissão deve debruçar-se sobre os casos que resultam da apresentação de requerimento e outros que sejam sinalizados por algum dos seus membros;

c) um prazo máximo de 2 meses para análise dos processos e abertura dos procedimentos concursais que possam ter lugar;

4) Até à conclusão do processo de regularização, travar o despedimento de todos os trabalhadores em situação de precariedade, renovando ou impedindo a cessação de qualquer vínculo não permanente e que possa ser apreciado para regularização.

Os subscritores: Catarina Assis e António Anes (Grupo Municipal do BE) ”.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que, relativamente aos vínculos precários, todos os municípios, incluindo o de Bragança, estavam a fazer o seu levantamento, no sentido de integrarem aqueles casos identificados como necessidades permanentes do serviço, para avançar para o processo de regularização, mas que nem todos os contratos de “inserção” ou “inserção+” correspondiam a necessidades permanentes para o Serviço.

Quanto ao solicitado na moção, referiu que o Município não o podia ter em conta, porque havia legislação específica sobre a matéria, a qual tinha que ser cumprida, e que não podia existir qualquer Comissão, criada no seio da AM, que se sobrepusse àquilo que já estava definido na lei.

Não houve pedidos de esclarecimento.

Para uma intervenção, usou da palavra o membro António Malhão (PSD), tendo referido que o PSD votaria contra a proposta apresentada, porque a CM estava a fazer o seu trabalho, e que a AM não se podia sobrepor à legislação em vigor.

Após análise e discussão, foi a mesma moção submetida a votação, tendo sido reprovada, com trinta e oito votos contra do PSD, uma abstenção do GM PJF do PS e dez votos a favor do PS (8) e do BE (2), estando, momentaneamente, quarenta e nove membros presentes.

Não houve declarações de voto.

De seguida, a deputada Catarina Assis (BE) apresentou uma segunda moção, que a seguir se transcreve:

“ Moção

Solidariedade intermunicipal com as populações do concelho de Almeida contra a Instalação de uma Mina de Urânio a Céu aberto em Retortillo - Espanha

Considerando que:

A) O Estado Espanhol permitiu à empresa Australiana Berkeley a exploração de urânio na região de Salamanca, junto às populações de Retortillo e Villavieja de Yeltes, a cerca de 50 km da fronteira portuguesa.

B) Esta decisão unilateral do Estado Espanhol compromete o território Português devido ao uso de um curso de água afluente do Rio Douro para as lavagens do minério para obtenção de urânio, mas também na qualidade do ar no nosso território, sobretudo no concelho de Almeida.

C) Portugal encerrou as suas minas de urânio em 2001 após um século em laboração. Esta produção resultou em problemas ambientais e de saúde pública muito graves como a morte por doenças oncológicas de inúmeros mineiros e familiares da ex-Empresa Nacional Urânio. Uma década depois ainda existem zonas por requalificar ambientalmente e ainda há muitas famílias afetadas por doenças provocadas pela exposição ao radão.

D) Portugal vê o seu território e as suas populações comprometidas com decisões unilaterais do Estado Espanhol, juntando a mina de Retortillo à Central Nuclear de Almaraz.

Assim, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida no dia 28 de fevereiro de 2018 delibera:

1.º- Manifestar a sua solidariedade intermunicipal com as populações do concelho de Almeida contra a Instalação de uma Mina de Urânio a Céu aberto em Retortillo – Espanha, a cerca de 50 quilómetros de Almeida;

2.º- Enviar a presente moção ao Presidente da Assembleia Municipal de Almeida, ao Presidente da Câmara Municipal de Almeida, ao Presidente da Comissão de Ambiente da Assembleia da República, aos deputados da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação da Assembleia da República, Ministro do Ambiente e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Os subscritores: Catarina Assis e António Anes (Grupo Municipal do BE)”

Não tendo havido discussão, foi a mesma moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, cinquenta e quatro membros presentes.

Não houve declarações de voto.

Dando continuidade às intervenções do PAOD, usou da palavra o membro Sampaio da Veiga (PS), que referiu o seguinte:

- Comemoração do Aniversário da Cidade de Bragança – Considerou-a pobre, e referiu que foi mais uma campanha do Sr. Presidente da Câmara, e que a intervenção política deveria ter sido feita pelo Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Luís, e deveria também ter sido convidado um historiador, de renome, para falar da história de Bragança.

- Cuidados Primários Hospitalares – Lançou um repto ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para que trabalhasse com a ULS Nordeste e com o Ministério da Saúde, no sentido de serem abertos concursos para médicos de família para o Nordeste, especialmente para o concelho de Bragança, dado que a maioria daqueles que atualmente estão ao serviço, já tinham setenta ou mais anos de idade.

Terminou, propondo à CM a criação de um gabinete de levantamento dos problemas das pessoas idosas e que vivem num estado de solidão, para que, trabalhando com determinadas entidades, pudesse ser dado apoio a essas pessoas, melhorando a sua qualidade de vida.

Filipe Costa – Apresentou, por escrito, o seguinte:

“ Existe uma inegável avaliação e consciência que as consequências das sucessivas políticas de direita tornaram o País mais pobre, mais injusto, desigual e menos desenvolvido. Políticas que contrariam as inúmeras potencialidades e riquezas que o nosso País e o interior em particular possuem.

O PCP em Abril de 2016 dedicou as Jornadas Parlamentares do seu grupo parlamentar, realizadas nos distritos de Vila Real e Bragança, ao combate às assimetrias regionais, ao despovoamento e à desertificação levando o tema à Assembleia da República com a marcação de um debate em plenário em Maio. Nesse debate o PCP referiu que “Uma política de desenvolvimento é algo mais do que distribuir escassos recursos de investimento público e esperar pelo investimento privado estimulado a partir daquele.

Para o PCP, há causas que agravaram o problema do território em zonas já envelhecidas, de crescente despovoamento e de grande dispersão territorial. Causas que resultam das políticas levadas a cabo ao longo de anos e em particular as do PSD e CDS no anterior Governo, entre as quais: o ataque aos serviços públicos por via do

encerramento, concentração ou ainda da municipalização de serviços de saúde, educação, justiça ou dos meios de segurança; a extinção de Juntas de Freguesia, como importantes órgãos de proximidade; a destruição da produção nacional como é o exemplo a destruição de mais de 150 mil empregos na agricultura, a consequente destruição de postos de trabalho, aumento do desemprego e da emigração ou as dificuldades de mobilidade nestas regiões.

A conferência que decorreu no passado dia 2 de fevereiro do “novíssimo” Movimento pelo Interior que mais não é que um ajuntamento do Bloco Central, com conhecidos promotores, *como* Miguel Cadilhe, Jorge Coelho, Pedro Lortie, Álvaro Amaro, Rui Santos entre outros e na qual o sr, Presidente da CM participou como orador, tem desde já uma evidência à qual deixamos um lamento: foi pena que estes promotores não tivessem aproveitado o poder político de que dispuseram para impedir o rumo para o desastre a que a política de direita conduziu o país e o interior.

Os partidos do “arco da desertificação”, PS, PSD e CDS, diretamente ou da forma encapotada em jeito de “movimento” gostam muito de falar das assimetrias regionais quando *as* eleições se aproximam, mas depois não têm preocupações com as consequências regionais das suas opções *políticas* para a agricultura, a floresta e a indústria. Como são exemplo as consequências da PAC, do encerramento de escolas, unidades de saúde, tribunais, de postos e estações dos CTT, de agências bancárias e delegações da EDP e BDP, para não me esticar quanto à política para a ferrovia que em breve estará transformada e ciclovias e a travagem no processo de regionalização.

Há muitas décadas que as políticas agroflorestais de sucessivos governos, sob o alto patrocínio e inspiração da PAC (*Política Agrícola Comum*) e das suas sucessivas reformas, não dão qualquer hipótese ao interior. Os dados estatísticos em Trás-os-Montes demonstram-no.

Entre 1989/2009, passou de uma cultura de 25 mil hectares de batata para 11 mil. De 44 mil hectares de centeio para 29 mil! No trigo, a redução de área foi de 2/3. Perdeu quase 2/3 dos bovinos e mais de 50% das cabras. Na vinha, a redução será superior a 20 mil hectares. E se alguém perguntar onde estão hoje as vacas leiteiras da Veiga de Chaves, do vale de Vila Pouca de Aguiar *ou* do Planalto Mirandês, podemos informar, *desde já*, que estão a pastar na Holanda, Irlanda e Alemanha.

As expectativas que se criem em torno deste movimento pelo interior terão a exata correspondência das frustrações dos programas PROVERE (Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos) em 2008; do Projeto de Resolução do PSD, transformado em Resolução da Assembleia da República em 2011 e aprovado por todos os partidos e agora o PNCT (Plano Nacional para a Coesão Territorial) que vai pelo mesmo caminho, ou seja a montanha de propaganda parirá um rato.

Encarar o desenvolvimento regional exige respostas no plano do emprego com direitos; no apoio à produção - agricultura (privilegiando a exploração familiar), floresta, indústria extrativa; na reindustrialização com a valorização da transformação industrial da matéria-prima regional; da elevação das condições de vida; no apoio à investigação e ao turismo; nas condições de mobilidade, transportes e comunicações.

O PCP continuará a intervir para a construção desse caminho por via de uma política alternativa patriótica e de esquerda ao serviço dos trabalhadores, das populações, na defesa do País e do seu território, e não embarcando em pimposas iniciativas surgidas por um ajuntamento do Bloco Central, que procura limpar as suas responsabilidades e perpetuar o prosseguimento da política de direita, a política de destruição e terra queimada que nos trouxe à situação atual.”

Paulo Lopes – Deixou alguns alertas à CMB, relativamente àquilo que chamou irregularidades na sinalização rodoviária, apresentando o seguinte powerpoint:



COMPETÊNCIA DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA

- ▶ Com efeito, dado que a regulação de sinalização rodoviária tem sempre eficácia externa, a competência para a sua aprovação pertence **exclusivamente** ao órgão Assembleia Municipal, mediante proposta da respectiva câmara, de acordo com o art. 53, n.º2, alínea a), da Lei 166/99, que estipula que a Assembleia Municipal tem competência própria e exclusiva para “Aprovar as posturas e regulamentos do município, com eficácia externa.”

COMPETÊNCIA DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA

- ▶ A Câmara Municipal só tem competência regulamentar própria, por força do disposto na alínea a), do n.º7, do artigo 64 da Lei 169/99, onde se estabelece que “Compete ainda à Câmara Municipal: **a) Elaborar e aprovar posturas e regulamentos em matérias da sua competência exclusiva.**”
- ▶ Daqui resulta que: **em primeiro lugar, quer o órgão Assembleia Municipal, quer o órgão Câmara Municipal têm ambos poderes regulamentares; e, em segundo lugar, a câmara só tem competência regulamentar para aprovar os regulamentos que tenham eficácia interna.**

CASO A – LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

▶ 4.2.2. Marcas rodoviárias:

- ▶ i) O local exacto onde está implantada a LRV deverá ser assinalado por duas marcas transversais idênticas constituídas cada uma delas por duas filas de quadrados de 0,50 m de lado, alternando a cor branca com a do pavimento e produzindo um efeito de xadrez (ver Anexo A);
- ▶ ii) Esta marca deve ser colocada no início das duas rampas da LRV;
- ▶ iii) Caso o comprimento da LRV não permita a colocação da marca prevista na al. i), deverá ser utilizada apenas uma fila de quadrados em cada marca.

Nota técnica – instalação e sinalização de LRV – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

CASO A – LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

▶ 4.2.3. Deve ser colocada a seguinte sinalização vertical na(s) via(s) de aproximação da(s) LRV

- ▶ i) sinal A2a (lomba), colocado entre 150 m a 300 m de distância da primeira LRV, ou, caso não seja possível, sinal A2a, com painel adicional modelo 1 indicando a distância a que se encontra a primeira LRV;
- ▶ ii) No caso de uma série de LRV deve ainda ser adicionado ao sinal referido em i) o painel modelo 2, indicador da extensão de via compreendida entre aquele e a última LRV;
- ▶ iii) Em qualquer caso, e no mesmo suporte que o sinal referido em i), deve ainda ser colocado um sinal H6, indicando a velocidade máxima a que o condutor é aconselhado a transitar.



A2a



H6

Nota técnica – instalação e sinalização de LRV – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

CASO A – LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE EXEMPLOS EM BRAGANÇA



Avenida Engenheiro Amaro da Costa, sentido Oeste – Este.

Ausência de Sinalização Vertical e de Marcas Rodoviárias.

CASO A – LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE EXEMPLOS EM BRAGANÇA



Avenida Francisco Sá Carneiro
Sentido Sul – Norte
(há pelos menos mais 5 LRV sem
sinalização).

Ausência de Sinalização Vertical
e de Marcas Rodoviárias.

CASO A – LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE EXEMPLOS EM BRAGANÇA



Rua Dr. Leite de Vasconcelos
Sentido Sul – Norte
(em 2014 estava sinalizada, hoje
não está).

Ausência de Sinalização Vertical
e de Marcas Rodoviárias.

CASO B – SINALIZAÇÃO STOP (MARCAS RODOVIÁRIAS) PARAGEM OBRIGATÓRIA NO CRUZAMENTO OU ENTRONCAMENTO

► Artigo 22.º - Colocação e características

1 — Os sinais **B1** e **B2** devem ser colocados na proximidade imediata da intersecção, tanto quanto possível, na posição correspondente ao local onde os condutores devem parar e aguardar a passagem dos veículos na via com prioridade.

► M8A - Linha de paragem STOP

Consiste numa linha transversal contínua e indica o local de paragem obrigatória, imposta por outro meio de sinalização, esta linha pode ser reforçada pela inscrição "STOP" no pavimento **quando** a paragem seja imposta por sinalização vertical.



B1



B2

CASO B – SINALIZAÇÃO STOP (MARCAS RODOVIÁRIAS) PARAGEM OBRIGATÓRIA NO CRUZAMENTO OU ENTRONCAMENTO

- ▶ Em Portugal é muito habitual surgir a inscrição de "STOP" junto a uma linha transversal contínua, **marca rodoviária** de paragem obrigatória quando imposta por outro meio de sinalização. Quer isto dizer que junto dessa marca rodoviária, se surgir a inscrição de "Stop" no chão, **o valor é zero**. Ou seja: apenas se impõe a obrigatoriedade de deter a marcha se junto da marca existir um sinal de "STOP" vertical, um semáforo vermelho ou um agente regulador de trânsito a impor essa mesma paragem.
- ▶ Em Portugal essa validade não existe para a **inscrição no asfalto**, no entanto se for de viagem para Espanha ou França, tenha atenção à referida inscrição, pois nesses dois países não é necessário estar presente qualquer outro tipo de sinalização para que esteja imposta a imobilização do veículo junto à linha transversal.

Circular Seguro (iniciativa da Michelin Fundación e Fundación MAPFRE) www.circularseguro.pt/

CASO B – SINALIZAÇÃO STOP (MARCAS RODOVIÁRIAS) EXEMPLOS EM BRAGANÇA



Entroncamento entre a Avenida Cidade de León e Avenida das Forças Armadas (existem mais 2 casos na mesma zona)

Ausência de Sinalização Vertical STOP - B2

Prioridade de rodagem será dada a quem circula da direita.

CASO B – SINALIZAÇÃO STOP (MARCAS RODOVIÁRIAS) EXEMPLOS EM BRAGANÇA



Entroncamento entre a Estrada do Turismo e a Rua Dr. Leite de Vasconcelos (existia em 2014, hoje não existe)

Ausência de Sinalização Vertical STOP - B2

CONSIDERAÇÃO FINAL

- ▶ Em Portugal têm existido vários casos de acidentes de viação dentro de localidades, em que a decisão do tribunal recaiu em responsabilização para o executivo camarário relativamente à ausência ou falta de visibilidade da sinalização.
- ▶ Exemplos:
 - ▶ Supremo Tribunal Administrativo e o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra atribuíram responsabilidade ao Município de Aveiro em 2011, num caso em que o condutor circulava em excesso de velocidade (a indemnização foi reduzida em 50%).
 - ▶ Tribunal Central Administrativo do Norte não admitiu o recurso jurisdicional interposto pelo Município de Ovar e pelo Município de Vagos em 2011, tendo este último, além de ter pago os prejuízos e indemnização à Autoria, ter pago as custas judiciais.
- ▶ O Grupo Municipal do Partido Socialista não quer que casos destes se reproduzam no Município de Bragança, exigindo a imediata regularização das situações previamente anunciadas e disponibilizando-se para auxiliar o Executivo Camarário, sempre com o maior sentido de responsabilidade para com a população e a sua segurança.

Terminada a intervenção do membro Paulo Lopes, seguiu-se a intervenção da membro Isabel Lopes (PSD).

Isabel Lopes – Apresentou, por escrito, o seguinte:

“ Sintam-se todos cumprimentados!

Mas hoje quero cumprimentar de forma especial todos aqueles que pela primeira vez estão assistir a esta AM pela Internet, um grande abraço para eles.

O que me trás hoje aqui é um tema que abordo com muito gosto e entusiasmo pela quinta vez neste plenário.

Como muitos terão tido conhecimento, no dia 29 do mês passado, assistimos no Teatro Municipal de Bragança a uma grande comemoração: os 35 anos do Instituto Politécnico de Bragança (IPB).

Como referido na brochura dessa comemoração, em 35 anos de história, o IPB formou mais de trinta mil diplomados e construiu o mais qualificado corpo docente de Ensino Superior Politécnico português, com mais de 70% do seu corpo docente *com* doutoramento, tornando-se num agente fundamental de desenvolvimento da região e do país, bem como de descentralização e democratização do acesso ao ensino superior.

A comunidade académica do IPB tem atualmente 7500 alunos, distribuídos pelas suas cinco escolas:

Escola Superior Agrária

Escola Superior de Educação

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Escola Superior de Saúde

Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela

Desses alunos mais de 1900 são estudantes estrangeiros de mais de 65 nacionalidades. O que o torna uma instituição multicultural com mais de 26% dos seus alunos com nacionalidade que não é portuguesa.

O IPB alargou também a sua oferta formativa para mais de uma centena de formações que abrangem:

Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTESP);

Licenciaturas;

Mestrados e

a curto prazo, também Doutoramentos

Os cursos ministrados abrangem uma vasta área do conhecimento e da tecnologia (veja-se a diversidade das escolas) e atesta a consolidação da instituição no panorama do ensino superior nacional, constituindo assim uma oportunidade de coesão e desenvolvimento desta região.

O IPB tem cada vez mais *instituições com as quais tem parcerias*, oferecendo aos seus alunos graus conjuntos com outras instituições nacionais e internacionais.

As distinções do IPB são sobejamente conhecidas, bem como o excelente trabalho das unidades de I&D lá existentes, que colocam variadíssimas vezes o IPB em posições de destaque em Rankings nacionais e *mesmo* mundiais.

O IPB distingue-se também como membro fundador do Brigantia Eco-Park, um espaço de excelência para a nossa região.

O IPB é um bom exemplo de como a existência de um meio de formação qualificado pode ajudar no desenvolvimento de uma Região, tornando o Nordeste transmontano uma região competitiva ao nível da oferta qualificativa e na atração de população jovem, isto para um meio que lida diariamente com a sombra da desertificação.

O IPB contribui para atração de jovens para as regiões mais desfavorecidas e envelhecidas, levando em *muitos* casos à sua fixação na região.

Seguramente estes factos mencionados contribuíram também para a presença no dia 16 do corrente mês, do Sr. Primeiro-ministro, António Costa no Brigantia Ecopark e na *CIMO (Centro de Investigação de Montanha)*, na oficialização do Laboratório Colaborativo dedicado à investigação *na área da montanha*. Os laboratórios colaborativos visam fazer a ligação entre o conhecimento científico e tecnológico e empresas e outras instituições. Para já são seis laboratórios colaborativos criados pelo governo e o primeiro foi apresentado em Bragança.

Como transmontana, brigantina, deputada municipal, membro da assembleia intermunicipal da CIM e docente do IPB venho desta forma expressar mais uma vez nesta Assembleia Municipal a admiração e reconhecimento do excelente trabalho que *os diferentes Presidentes* do IPB e das Direções das Escolas que o compõem têm vindo a desenvolver, bem como do pessoal docente e discente.

Então Parabéns a você IPB! ”

PONTO 4 - PERIODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

“ Conforme alínea c) do nº.2 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apresento para apreciação a presente informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 15 de dezembro de 2017.

1. Gestão, organização interna e relacionamento com os munícipes

Finanças do Município

A execução financeira reportada ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 ascende, na componente das receitas, incluindo o saldo da gerência anterior, a 95,7% (39.797.989,21€). Em igual período, a despesa foi executada em 79% (32.838.489,24 €) das dotações corrigidas.

De um modo global as Grandes Opções do Plano atingiram, até 31 de dezembro de 2017, uma execução financeira de 64,17% (10.743.522,04€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos, no montante de 8.375.959,22€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal, no valor de 2.367.562,82€.

Desta forma, o Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 62,07% e o Plano de Atividades Municipal, constituído pelas atividades mais relevantes da autarquia, atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 72,92%.

As despesas incluídas nas Grandes Opções do Plano foram principalmente orientadas para as funções sociais e económicas, com um valor de despesa paga de 5.057.581,53€ e de 3.599.477,11€, respetivamente.

O passivo da autarquia regista, em 31 de dezembro de 2017 (valores provisórios, incluindo a redução do FAM em 537.924,75€), uma diminuição das dívidas a terceiros no montante de 1.570.201,00€, ou seja, 21,01 pontos percentuais, comparativamente a 1 de janeiro de 2017. A dívida a terceiros, de médio e longo prazos, apresenta um valor de 3.354.430,00€ a que acresce a dívida que o município de Bragança está legalmente obrigado a realizar para o Fundo de Apoio Municipal – FAM (322.753,50€) e uma dívida a terceiros de curto prazo de 2.547.464,00€, representando uma diminuição de 552.548,00€, ou seja, de 17,82%, comparativamente a 1 de janeiro de 2017.

Importa salientar que integram as dívidas a terceiros de curto prazo, o montante não reconhecido de 58.509,00€ relativo à empresa Águas do Norte, S.A., valor esse que futuramente o município de Bragança impugnará judicialmente junto do Tribunal competente, bem como os credores de cauções (fundos alheios à autarquia, encontrando-se depositados em contas específicas de disponibilidades e passíveis de utilização, para restituição, a qualquer momento) no valor de 1.645.090,77€. Se deduzirmos esses valores à dívida a terceiros de curto prazo registada (2.547.464,00€), a dívida efetiva de curto prazo do Município de Bragança ascende a 902.372,00€.

De 01 de dezembro de 2017 a 12 de fevereiro de 2018 foram agendados apoios financeiros, às Freguesias, no montante de 75.075,00€ e a Instituições sem fins lucrativos no valor de 21.500,00€.

Num esforço conjunto de todos os serviços municipais há a salientar que a 31 de dezembro de 2017 o município de Bragança detinha um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 3 dias.

Ao longo do ano de 2017 e do presente ano, têm vindo a ser desenvolvidos todos os trabalhos preparatórios de implementação do novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) salientando, dos trabalhos que implicam a referida mudança, a equivalência do plano de contas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) para o SNC-AP e a análise dos ativos e passivos de acordo com as novas normas e cálculo dos devidos ajustamentos. Foi, igualmente, iniciada a construção do plano de contas da Contabilidade de Gestão.

Há, ainda, a destacar os trabalhos de revisão da norma de controlo interno com o culminar da sua aprovação em reunião de câmara realizada no dia 11 de dezembro de 2017.

Relacionamento com os municípios

- O Balcão Único de Atendimento do Município de Bragança, desde 16 de novembro 2017 e janeiro de 2018, nas suas mais diversas vertentes e serviços, registou 7.796 atendimentos, sendo 3.078 em assuntos diversos e 4.718 em atendimentos para pagamentos.

Registou-se, assim, uma média diária de 156 atendimentos.

Neste período, o tempo médio de atendimento foi de 9:00 minutos no atendimento geral e 06:00 minutos no atendimento de pagamentos.

O tempo médio de espera registado foi de 6:00 minutos no atendimento geral e 5:00 minutos para pagamentos.

2 - Coesão Social

Educação

- Procedeu-se, através da DGEstE – aplicação “REVVASE”, à inserção e validação dos dados referentes às refeições escolares consumidas nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2017, com um total global de 41.577 refeições escolares.

- Foi concluído o processo de reembolso de 50% e 25% do valor pago pelos encarregados de educação dos alunos posicionados nos escalões 2 e 3 do abono de família de crianças e jovens na aquisição dos manuais obrigatórios, tendo sido reembolsados 78 do escalão 2 e 40 do escalão 3, num total de despesa de 2.343,75€.

- No âmbito da certificação dos serviços municipais pela Norma ISO 9001:2015 e, numa perspetiva de melhoria do Programa de Controlo de Salubridade das Cantinas do Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, foram concluídas as auditorias e informadas as entidades fornecedoras das inconformidades detetadas para procederem às respetivas ações corretivas.

- Com o objetivo de proporcionar um Natal mais feliz, o Município de Bragança investiu cerca de 11.500,00€ em lembranças de Natal que ofereceu a todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo da rede pública e privada do concelho de Bragança, num total de 1.790 alunos abrangidos.

- Na época natalícia, foram entregues prendas a 417 crianças da EB1/JI de Parada, Centro Escolar de Santa Maria e Colégio de Santa Clara.

As ofertas de Natal foram complementadas com a possibilidade de usufruir da Pista de Gelo instalada na Praça Camões e demais atividades existentes no âmbito do projeto “Bragança Terra Natal e de Sonhos”, tendo participado 1.781 crianças e alunos da educação pré-escolar e do 1º ciclo da rede pública e privada do concelho de Bragança, com programação e acompanhamento pelo Serviço de Educação e Ação Social.

- No âmbito do projeto de saúde oral, parceria do Município com a Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Bragança, realizou-se um rastreio oral, para

conhecimento da prevalência de doenças orais, estando envolvidas 680 crianças dos jardins-de-infância da rede pública e privada do concelho de Bragança.

- No período em referência, foi dada continuidade à oferta de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) a todas as crianças dos jardins-de-infância da rede escolar pública situados na cidade de Bragança, na interrupção letiva do final do 1º período (Natal), de 18 a 29 de dezembro de 2017, tendo participado um total de 69 crianças.

- No final do mês de janeiro, foi aberto o período de inscrições e iniciada a preparação e planificação das atividades, para 2018, na Escola Fixa de Trânsito em articulação com os agrupamentos de escolas e escolas do ensino privado e a equipa da Escola Segura da PSP.

- Com vista ao desenvolvimento e expansão do Programa PéAtivo - Programa de Promoção da Deslocação Ativa, Atividade Lúdico-motora, Saúde e bem-estar em crianças da educação Pré-escolar, numa parceria com a Escola Superior de Educação de Bragança, o Município adquiriu material de identificação/proteção para utilização pelos participantes no projeto.

Ação Social

Nos meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018, realizaram-se 90 atendimentos sociais, onde se analisaram os diferentes pedidos de apoio social, mediante a elaboração de diagnósticos, com conseqüente encaminhamento e acompanhamento social a indivíduos e famílias.

- No dia 27 de janeiro realizou-se o **XIV Encontro “Bragança e a Comunidade Internacional”** que tem como missão aproximar famílias e pessoas de diferentes comunidades permitindo, num momento de convívio e intercâmbio de experiências, aprofundar relações multiculturais.

Este evento, promovido pelo Município de Bragança, teve o apoio do Instituto Politécnico de Bragança e do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia.

- Tendo em vista a realização de intervenção no Bairro Social da Previdência, foram dados os primeiros passos para constituição dos condomínios, tendo na primeira reunião sido deliberado, por unanimidade dos elementos presentes, a constituição de condomínios, bem como nomeação do Município de Bragança como administrador dos

mesmos. Foi, ainda, feita a apresentação do projeto de execução com vista à melhoria da eficiência energética dos edifícios-bairro e beneficiação das áreas exteriores envolventes.

Cultura

- De 30 de novembro a 5 de dezembro, decorreu a **Mascararte - VIII Bienal da Máscara** sob a temática “Entrudos e Mascaradas Leoneses” – Reino de Leão (Espanha) que contou com milhares de pessoas nas ruas da cidade para ver e participar do evento.

As principais atrações prenderam-se com a construção de Máscara Humana, o desfile pelas ruas do Centro Histórico de Bragança, que contou com a participação de mais de 500 mascarados, dos quais, cerca de 300 oriundos de León (Espanha), e que terminou no castelo de Bragança, onde milhares de pessoas assistiram à queima do “Mascareto” gigante.

O arranque oficial da VIII Bienal da Máscara - Mascararte 2017, a 30 de novembro, ficou marcado pela abertura do Espaço Máscara, onde uma dezena de artesãos transmontanos deram a conhecer os seus trabalhos, um número que duplicou em relação à última edição da Mascararte, em 2015.

Do evento fizeram ainda parte a inauguração das exposições “Antruidos y Mazcaradas Llioneses” (coleções oriundas de León) e “Mascareto” (trabalhos de alunos e de utentes de Escolas e de IPSS de Bragança) e ainda a apresentação do Catálogo Mascararte 2015, no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, a apresentação do livro “A magia das Máscaras Portuguesas”, de António Pinelo Tiza, e a conferência “La Simbologia de las Máscaras”, pelo espanhol Adolfo Ares.

Esta edição da Mascararte incluiu, ainda, inauguração da exposição “Máscaras Rituais de Portugal”, coleção de Roberto Afonso e oficinas criativas e de leitura destinadas a toda a família, bem como momentos musicais e de dança.

- As ruas do Centro Histórico de Bragança acolheram, no dia 10 de fevereiro, o **Carnaval dos Caretos**, onde centenas de caretos e mascarados, oriundos de todo o País e de Espanha, se juntaram aos “caretinhos” dos estabelecimentos de ensino e de IPSS do Concelho de Bragança.

Após o desfile, que reuniu mais de 20 grupos e que foi acompanhado por milhares de pessoas, a Praça Cavaleiro de Ferreira recebeu, uma vez mais, a queima do Diabo.

- **Centro de Arte Contemporânea:** Foi inaugurada, a 29 de janeiro, a exposição “Cabo Verde, o espírito do lugar”, de Graça Morais.

Entre 1988 e 1989, Graça Morais realiza, numa prolongada residência artística, um extraordinário corpo de trabalho sobre o arquipélago.

Na maioria das suas composições, mais do que a inóspita paisagem, apenas anunciada na paleta de tons quentes de terra e fogo que preenche os planos de fundo, é o retrato que domina a série e, por isso, esta viagem visual pelo arquipélago.

Aos rostos de mulheres, também aqui as grandes protagonistas, agrega ou sobrepõe instrumentos de trabalho e animais, sejam reais ou frequentemente imaginados, criando composições capazes de, no conjunto, evocarem o espírito do lugar, tocando, muitas vezes, o sentido do sobrenatural e do mágico.

A par de um número significativo de pinturas, desenhos, fotografias e objetos aqui reunidos, complementam a presente exposição o documentário “As Escolhidas”, realizado por Margarida Gil, em 1997, para a RTP, e alguns excertos do diário que Graça Morais escreveu ao longo desta peregrinação em Cabo Verde.

- De 18 a 22 de dezembro realizou-se a “Oficina Férias de Natal”, desenvolvida em colaboração com os restantes equipamentos culturais municipais e o Centro Ciência Viva de Bragança.

- Nos meses de dezembro e janeiro foram realizadas 10 visitas guiadas/jogo solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 2.014 pessoas, sendo 1.924 de nacionalidade portuguesa, 57 espanhola e 33 de outras nacionalidades.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje: Nos meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018, visitaram o museu 1.244 pessoas, sendo 594 de nacionalidade portuguesa, 605 espanhola e 45 de outras nacionalidades.

Neste período foram realizadas 9 visitas guiadas solicitadas por escolas e instituições locais, nacionais e também do estrangeiro.

No período de 08 a 29 de janeiro, o Museu esteve encerrado para a manutenção anual.

Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano: Nos meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018, visitaram o centro 763 pessoas, sendo 470 de nacionalidade portuguesa, 197 espanhola e 96 de outras nacionalidades.

Teatro Municipal de Bragança: No período em apreço, realizaram-se 16 espetáculos, com 31 sessões, assistidas por 3.977 espectadores.

- No mês de dezembro, destaque na música para o espetáculo “Virgem Suta”, no teatro para a infância “Vera a odisseia para chegar a Ítaca” e “Conchas”. Nos eventos locais uma peça de teatro no âmbito da comemoração do Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres, promovida pela Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança e um sarau cultural para a comunidade escolar Africana, organizado pela Associação de Estudantes Africanos em Bragança.

No mês de janeiro destaque na música para o concerto de Reis da orquestra de Jazz da EPME, o recital de Piano com o músico Domingos António e “Fuga de Bacho nº 4”; os contadores de histórias António Fontinha e Paula Carvalleira; no teatro Memórias Contadas – “Cartas de Damasco” a “Minha casa era a sede”. Nos eventos locais, destaca-se o concerto de solidariedade “Cantar dos Reis”, com a organização dos Lions Clube de Bragança, a comemoração dos 35 anos do IPB, que terminou com um concerto da cantora Luso-Cabo-Verdiana Lura.

No dia 26 de janeiro decorreu, ainda a cerimónia de entrega de prémios dos concursos de Natal: Concurso de Presépios, Concurso Conto de Natal e Concurso Montras de Natal.

No Concurso “Conto de Natal” participaram 247 alunos do 1.º e 2.º Ciclos com um total de 107 contos aprovados.

Já no Concurso “Presépios de Natal” foram 26 os que participaram na modalidade “Tradicional” e 32 concorreram na modalidade “Inovador”, num total de 58 presépios a concurso, instalados um pouco por todo o Concelho de Bragança: desde igrejas, a instituições de solidariedade social e escolas, entre outros locais.

Na segunda edição do Concurso de Montras de Natal participaram: 70 estabelecimentos comerciais, de diversas áreas.

O evento começou com um momento musical, a cargo do Coro “BriChoirT”, do Conservatório de Música e Dança de Bragança, ao que se seguiu a entrega do prémio do Concurso “Ouvido Astuto”.

Biblioteca Municipal: No período considerado, passaram pela Biblioteca Municipal 5.542 utilizadores distribuídos pela secção de adultos e secção infantil. Utilizaram o

Serviço Internet 309 pessoas e registaram-se 232 leitores de periódicos. Procedeu-se ao empréstimo 991 documentos (monografias e audiovisuais) e à inscrição de 34 novos utilizadores.

- No serviço de animação e extensão cultural realizaram-se 31 eventos de leitura onde participaram 1.470 crianças, jovens institucionalizados em entidades do concelho e público em geral.

- Durante este período deu-se continuidade aos projetos “Sábados de Encantar” com duas sessões onde marcaram presença 110 pessoas e “O Escritor vai à Escola”, uma iniciativa SABE, no dia 18 de janeiro, com o escritor Nuno Nepomuceno, na qual foram realizados 3 encontros onde estiveram presentes 292 alunos e professores do ensino secundário do concelho.

- Inserido no programa “Bragança Terra Natal e Sonhos” decorreram várias oficinas entre as quais “O Urso e o Piano” em articulação com o Conservatório de Música e Dança de Bragança e que envolveu 400 crianças de pré-escolar do concelho.

Centro Cultural Municipal Adriano Moreira – Exposições: No período de 30 de novembro a 16 de janeiro, no âmbito da “VIII Bienal da Máscara – Mascararte”, esteve patente na sala Miguel de Cervantes a exposição temática “Antruidos Y Mazcaradas Lioneses” e de 05 de dezembro a 27 de janeiro, na sala Luís de Camões a exposição “Máscaras Rituais de Portugal” – Coleção de Roberto Afonso.

No dia 02 de fevereiro foi inaugurada na sala Luís de Camões a exposição de pintura “Cidades” de J. Freire.

Centro de Fotografia Georges Dussaud: Neste espaço está patente, desde 16 de junho de 2017 e até 15 de abril de 2018 a exposição Georges Dussaud “A Cidade e as Serras”.

- Na nova Sala de Exposições Temporárias, e outros espaços do Edifício Paulo Quintela, foi inaugurada, a 5 de dezembro, a exposição de fotografia “Imaginário de um Trem”, de Lauren Maganete. A mostra da fotógrafa brigantina, que resulta de uma parceria do Município de Bragança e do AMIarte – Núcleo de Ação Cultural da Fundação AMI, conta com curadoria de Helena Mendes Pereira.

- Nos meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018, visitaram o Centro de Fotografia 397 pessoas, sendo 346 de nacionalidade portuguesa, 43 espanhola e 8 de outras nacionalidades.

Desporto e juventude

- O projeto “**Desporto Sénior no Meio Rural**”, direcionado essencialmente para os municípios com mais de 65 anos, está a decorrer nas freguesias de Grijó de Parada, São Julião de Palácios, Rio Frio, Salsas, Gimonde e Quintela de Lampaças, contando atualmente com uma média de 115 participantes.

- As piscinas municipais voltaram a receber, nos dias 15 a 17 de setembro, o **Torneio Zonal de Juvenis da Zona Norte**, tendo contado com a participação de 250 atletas de 49 clubes, o que contribuiu para que mais de 500 pessoas se tivessem deslocado à nossa cidade.

- No dia 9 de janeiro, a **Seleção Nacional de sub-18**, escolheu o Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira para realizar mais um jogo de preparação, desta vez contra a sua congénere espanhola.

- Bragança foi o palco do futsal mundial ao receber, no dia 18 de dezembro, a “Gira Movistar – **Tour Megacracks**”, uma iniciativa da equipa Movistar Inter Fútbol Sala (considerada a melhor do mundo, atual campeã de Espanha e da Europa de clubes).

Esta iniciativa, organizada pelo Município e pela Escola de Futebol Arnaldo Pereira, juntou cerca de 600 crianças provenientes de todo o distrito e 80 pessoas portadoras de deficiência de cinco IPSS's do concelho. Um evento inédito, já que, pela primeira vez, se realizou fora de Espanha, estando inserido no programa de “Bragança, Terra Natal e de Sonhos”.

Na comitiva madrilena, que se deslocou ao Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira esteve, também, o português Ricardinho, considerado, este ano, pela quinta vez, o melhor jogador de futsal do mundo, onde permaneceu em contacto direto com as crianças e com as pessoas portadoras de deficiência, fazendo as delícias de miúdos e graúdos.

- Mais de 350 pessoas participaram no **I Trail Urbano Noturno Solidário**, na noite de 16 de dezembro, cujas inscrições resultaram em 1.868,00 euros, que foram doados, na totalidade, à União das Misericórdias Portuguesas, para as vítimas dos incêndios.

O evento, promovido pelo Município de Bragança e inserido na programação de “Bragança, Terra Natal e de Sonhos”, contou com o apoio de várias coletividades locais e dividiu-se nas provas (não competitivas) de trail e de caminhada, percorrendo as ruas do centro histórico.

- Cerca de 150 ciclistas de diferentes idades participaram, no dia 9 de dezembro, **no Natal a Pedalar Solidário**, um passeio de bicicleta de 5km, em que cada participante foi convidado a doar brinquedos ou roupas às crianças da Obra Kolping (com idades compreendidas entre os 20 meses e os 14 anos).

Ao serem solidários, os ciclistas recebiam em troca um fato de Pai Natal e um kit de luzes Led para colorir de tons natalícios “Bragança, Terra Natal e de Sonhos”. O passeio teve início na Praça Camões e percorreu diversas artérias da cidade, terminando com a entrega dos bens recolhidos às crianças da Obra Kolping.

- Com entrada gratuita a todos os participantes, decorreu nas piscinas municipais, no dia 9 de dezembro, **a Mega Aula de Hidroginástica**, uma atividade inserida no “Bragança, Terra Natal e de Sonhos”.

Ambiente e sustentabilidade

- No período em apreço, encontra-se em execução a empreitada de “Colocação de caixas de contador no exterior, nas localidades de Baçal, Sacoias, Rebordãos e Pinela”, com um valor de adjudicação de 68.205,96€.

- Também em fase de execução se encontra o concurso para elaboração do projeto de “Execução de emissários, acessos e ETAR de Gimonde” com um valor de 28.905,00€, bem como o concurso para elaboração do projeto de “Execução da ETAR do Matadouro de Bragança”, cujo valor de adjudicação se cifrou em 29.151,00€.

- Foi concluída a empreitada de “substituição de contadores e selagem de instalações”, cujo valor se cifrou em 82.020,63€.

- Foram efetuadas limpezas e/ou regularização de aceiros, caminhos florestais e caminhos agrícolas, com recurso às máquinas do Município em 18 localidades do concelho.

3. Desenvolvimento Económico e Competitividade

Promoção Económica

- A 4.^a edição de **Bragança, Terra Natal e de Sonhos**, que decorreu de 1 de dezembro a 1 de janeiro, registou a maior afluência de sempre: mais de 70 mil pessoas, oriundas de todo o País e do estrangeiro, passaram por Bragança. Só a Pista de Gelo recebeu 17.632 patinadores (sendo que o Município de Bragança ofereceu bilhetes aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico de todo o distrito de Bragança), numa média diária de 588 pessoas (mais 10,8% que em 2016). No dia 8 de dezembro (feriado em Portugal e Espanha), foi batido o recorde de afluência: 1.071 patinadores. De realçar que a Pista de Gelo (a maior de Trás-os-Montes) é sinónimo de solidariedade nesta época, já que as receitas de bilheteira reverteram, integralmente, para as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Bragança e de Izeda.

Além da Pista de Gelo, foi ainda possível apreciar e usufruir, no espaço do evento, da Árvore de Natal gigante, o Mercadinho de Natal, a Casa do Pai Natal, a Mini-roda, o Comboio Infantil, o Coreto de Natal, o Carrossel e o Baloço, assim como mini concertos pelas três bandas de música do Concelho de Bragança, Banca de Natal, Presépio ao Vivo, Iluminação de Natal e Arte no Natal – oficinas para crianças, entre muitas outras. Realizaram-se também iniciativas solidárias, como o I Trail Urbano Noturno Solidário, e o Natal a Pedalar.

Ao promover “Bragança, Terra Natal e de Sonhos“, o Município de Bragança visa, sobretudo, promover o comércio tradicional, animar a cidade, dinamizar a economia local e promover o turismo, numa época especialmente marcada pela esperança num futuro melhor.

- O **Festival do Butelo e das Casulas**, realizado de 2 a 4 de fevereiro, registou a visita de milhares de pessoas, tendo-se verificado um incremento no número de visitantes de Espanha e do Minho.

Instalado em pleno Centro Histórico, na Praça Camões, o Festival do Butelo acolheu mais de 30 expositores, cujos produtos à venda, como butelo e outro fumeiro, pão e doçaria, bem como artesanato e produtos hortícolas, esgotaram quase por completo.

Também os 27 restaurantes, que aderiram à semana Gastronómica, que decorreu de 2 a 13 de fevereiro, foram local de passagem obrigatória para milhares de cidadãos que puderam saborear o melhor da gastronomia bragançana.

Este ano, também os mais pequenos tiveram direito a um espaço de brincadeiras, onde puderam pintar, desenhar e participar em atividades lúdicas e recreativas, como a hora do conto "Butelo de Histórias" .

No segundo dia do evento, cerca de 250 confrades de confrarias de todo o País reuniram-se em Bragança, por ocasião do Encontro Nacional de Confrarias, tendo marcado presença na iniciativa “Elogio à Cozinha Transmontana”, que reuniu, no Auditório Paulo Quintela, a chef Justa Nobre, que abordou o tema “Cozinhar as origens” e Armando Fernandes, que falou sobre a publicação (editada pelo Município de Bragança) “Carta Gastronómica de Bragança” e sobre a temática “O Mundo em e de Bragança”.

- No triénio 2014-2016, o Município de Bragança **concedeu mais de 2,89 milhões de euros às empresas com sede no Concelho de Bragança**, ao não aplicar derrama municipal sobre o lucro tributável das empresas, cuja taxa máxima permitida por Lei é de 1,50%.

Trata-se de um importante benefício fiscal municipal concedido às empresas com sede em Bragança, permitindo que estes importantes agentes económicos possam canalizar esse montante para investimentos na área da modernização e inovação dos processos produtivos e, ainda, no apoio à internacionalização dos seus negócios, contribuindo para a melhoria da competitividade do tecido empresarial local.

Esta medida tem sido uma vantagem competitiva territorial, no que concerne à atração de novas empresas para o Concelho de Bragança, gerando mais emprego e riqueza.

De referir que, no território continental, além do Município de Bragança, apenas mais dois Municípios capitais de distrito do Continente não aplicam a taxa de derrama ao lucro tributável das empresas.

- Em 2016 (últimos dados publicados pelo INE, em 19 de dezembro de 2017), o valor das exportações de bens por empresas do Concelho de Bragança registaram, comparativamente com o ano anterior, um crescimento acentuado de 6,29%, ou seja, de 35.51 milhões de euros, superior à evolução das exportações portuguesas de bens (que nesse ano cresceram 0.39%) e da região norte (com crescimento de 5,81%). Assim, em 2016, o valor das exportações no Concelho de Bragança foi de 599,96 milhões de euros, mais 35,51 milhões que em 2015, mais 249,08 milhões que em 2014 e mais 328,09 milhões que em 2013. **No quadriénio 2013-2016 a taxa de crescimento das exportações foi de 120,68%**. Também a Balança Comercial de bens teve uma evolução positiva, com um *superavit* de 74,09 milhões de euros.

Bragança, no ano de 2013, representava 1,16% das exportações da Região Norte. Em 2016 representou 2,93%, sendo o 16.º concelho mais exportador da região norte, o que

evidencia que consolidou a sua atratividade e liderança regional ao nível das atividades económicas exportadoras. De referir que, em termos regionais, Bragança exportou 94,60% da NUT Terras de Trás-os-Montes, 81,53% das NUTS Terras de Trás-os-Montes e Douro (28 Municípios) e 6 vezes mais que a NUT Douro (19 Municípios).

- O **Matadouro Municipal** registou, em 2017, um incremento no quantitativo global de abates face a 2016, num crescimento de 2,37%.

Relativamente ao número de animais abatidos, os suínos adultos registaram um aumento de 20,13% em 2017, face a 2016.

- Inserida nas festividades em honra de Santo Estevão, teve lugar, no Pavilhão Multiusos de Parada, a **X Feira de Artesanato e dos Produtos Regionais**, composta por 25 expositores que colocaram à disposição dos visitantes uma panóplia de produtos regionais.

- De 24 a 27 de janeiro, uma vez mais, os melhores produtos da zona da Lombada foram os protagonistas da **III Feira da Rural da Terra e da Gente da Lombada** que apresentou mais de 20 expositores com produtos da região.

Integradas na Feira destacam-se, entre outras atividades, duas montarias, um Trail, um passeio BTT, concurso de Ovinos de Raça Churra Galega Bragançana e concurso de Cão de gado Transmontano.

Turismo

- Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 19 de dezembro de 2017, comprovam que o ano de 2016 continuou a ser extremamente positivo para o turismo, para a economia local e para a promoção territorial de Bragança. Pelo segundo ano consecutivo Bragança evidencia **taxas de crescimento acima da média nacional e da região Norte**. Entre janeiro e dezembro de 2016, Bragança registou 90.502 dormidas (+14.848 que em 2015), representando um aumento de 19,63% face ao período homólogo. Na região Norte, o crescimento foi de 14,11% e em Portugal de 11,40%. No triénio 2014-2016, o aumento no número de dormidas no Concelho de Bragança foi de 45,09% (+ 28.127). Já o número de hóspedes teve, igualmente, em 2016, uma evolução positiva, com um crescimento de 14,17% face ao período homólogo (+7.902 hóspedes), representando 48,12% da NUT III Terras de Trás-os-Montes (em 2014 representava 45,86%) e 1,46% da Região Norte (em 2014 representava 1,44%), reforçando a liderança regional.

Neste âmbito, de referir que, para o mesmo período (2015/16), o crescimento turístico de Portugal foi de 10,92% e o da Região Norte de 12,27%. No período 2014/2016, o aumento no número de hóspedes no Concelho de Bragança foi de 34,68% (+ 16.394). Salienta-se, ainda, o aumento dos proveitos das Unidades Hoteleiras do Concelho de Bragança, no período de 2015 para 2016, de 19,17% (+460 mil euros), passando de 2,40 milhões de euros para 2,86 milhões de euros.

No triénio 2014/2016, os proveitos das unidades hoteleiras no Concelho de Bragança aumentaram 49,11%, ou seja, cerca de um milhão de euros. De referir que, nos últimos quatro anos, o Município de Bragança investiu muito na promoção territorial de Bragança, através de diferentes ações, realizadas em Portugal e Espanha e, ainda, na realização e acolhimento de eventos marcantes, com o objetivo de atrair mais turistas e criar riqueza, com o objetivo de promover e afirmar o território, valorizar a identidade local e divulgar as potencialidades dos recursos endógenos de Bragança.

Mobilidade

- Nos meses de dezembro de 2017 a janeiro de 2018, verificaram-se 375 movimentos de aeronaves.

Em relação à carreira de serviço público Bragança-Vila Real-Viseu-Cascais-Portimão e no mesmo período, a aeronave efetuou 97 movimentos, tendo embarcado 157 passageiros e desembarcado 165.

- No que respeita ao serviço de transporte de turismo, como forma de apoio às coletividades locais foram efetuadas, no período em apreço, 45 viagens com capacidade de transporte de 998 passageiros e percorridos 9.145 km. Adicionalmente, foram ainda transportados os alunos do 1º ciclo para os almoços e atividades extracurriculares.

- Relativamente aos parques de estacionamento cobertos, verificou-se, nos meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018, um aumento da sua utilização em cerca de 60% face ao período anterior.

4. Reabilitação Urbana

Obras

- Neste período foi adjudicada a substituição da rede de água nas ruas Coronel António José Teixeira e Rua do Teixo pelo valor de 98.169,38€.

Serviço de Gestão Urbanística e Fiscalização

Realça-se que do conjunto das operações sujeitas a licenciamento e a comunicação prévia, 73% destas ações reportaram-se ao espaço rural, sendo que 80% das ações se inserem em espaço ordenado dentro de perímetros urbanos. No âmbito do sistema de gestão de qualidade, orientado para a satisfação do munícipe, com metas definidas para uma resposta aos prazos definidos pelo RJUE, verifica-se que 93% do conjunto das operações urbanísticas foram analisados num prazo não superior a 30 dias, sendo que para comunicações prévias obteve-se 100% de respostas num prazo não superior a 7 dias. A média em número de dias ficou em 12 dias para licenciamentos administrativos e 3 dias para comunicações prévias.

Por parte da fiscalização municipal, foram efetuadas 74 informações (de conclusão de obras, de ocupação da via pública, de verificação de infraestruturas, etc.), 13 averiguações de queixas/denúncias, e 8 participações.

Coesão Territorial

- No dia 4 de fevereiro, teve lugar, na aldeia de Deilão (Freguesia de S. Julião de Palácios e Deilão), a inauguração das obras de requalificação dos arruamentos daquela aldeia.

Foi, ainda, inaugurado um elemento escultórico, construído para “acolher” o antigo sino da igreja de Deilão, dando-lhe um novo destino, e a exposição de fotografia “Festas dos Rapazes” podendo ser visitada, no Centro de Convívio de Deilão, até ao fim do mês de julho.

As intervenções representaram um investimento municipal na ordem dos 25 mil euros.

5. Outras informações

- O Auditório Paulo Quintela acolheu, no dia 9 de janeiro, a sessão **Cidades com Futuro** – Reabilitar para revitalizar as nossas cidades, com vista à divulgação do IFRRU 2020 – Instrumento Financeiro Reabilitação e Revitalização Urbanas, que contou com a presença de autarcas e técnicos de todo o distrito de Bragança.

O IFRRU 2020, a que se pode candidatar qualquer entidade (singular ou coletiva, pública ou privada), visa a reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos, de espaços e unidades industriais abandonadas ou de habitação social, que sejam alvo de

reabilitação integral, sendo que os espaços requalificados podem ter como destino qualquer uso.

- Teve lugar no Auditório Paulo Quintela a primeira **Conferência do Movimento pelo Interior**, que se realizou, no dia 2 de fevereiro.

O Presidente da Câmara Municipal de Bragança, que esteve presente como orador, defende, para o Interior, medidas concretas, como a atribuição, às NUT III de fronteira e NUT adjacentes, o estatuto jurídico de interioridade, beneficiando, desta forma, de medidas fiscais, como IRC zero para as empresas que se instalem nestes territórios, redução de IVA para valor igual ao praticado em Espanha, diminuição no valor da tarifa de energia elétrica e gás natural, isenção de derrama às empresa e redução de 50% no IRS para os cidadãos que residam e trabalhem nas NUT III. Reivindicou, ainda, mais apoios à natalidade e fixação de novos residentes no meio rural, a estruturação de uma correta distribuição dos fundos provenientes da União Europeia, bem como a implementação de um projeto dinamizador de potencialidades das regiões do Interior e a aposta no investimento público e criação de emprego público, entre muitas outras medidas que considera importantes para ultrapassar os desequilíbrios que têm vindo a consolidar assimetrias, já que sem o desenvolvimento sustentável de todas as regiões, dificilmente o País ganhará competitividade internacional, numa economia mais global e competitiva.

Município de Bragança, de 14 de fevereiro de 2017.

O Presidente da Câmara Municipal,
Hernâni Dinis Venâncio Dias ”

De seguida, completou a informação escrita relativa ao Estado e Vida do Município, previamente distribuída pelos senhores membros da Assembleia Municipal, através da seguinte apresentação em “powerpoint”:



Bragança
Município

Assembleia Municipal
28 fevereiro 2018

**Estado e Vida do
Município**



Bragança
Município

Assembleia Municipal
28 fevereiro 2018

1. Relacionamento com os cidadãos

Brag@nça Digit@l



- Exibição das sessões da Assembleia Municipal, em tempo real ,via *streaming* (www.youtube.com).
- Colocar no motor de busca do youtube, “Assembleia Municipal Bragança”

3

2. Coesão Social - Ação Social -

XIV Encontro de “Bragança e a Comunidade Internacional”



Visa aproximar pessoas de diferentes comunidades e a partilha de costumes e tradições.

4

Distribuição de lembranças natalícias



- Abrangidos todos os alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo da rede pública e privada do concelho (1170 alunos).

5 - Investimento Municipal de cerca de 11,500,00€.

Carnaval dos Caretos



6 Centenas de Caretos oriundos de Portugal e Espanha, dos estabelecimentos de ensino e IPSS do Concelho.

Exposições



7 "Cabo Verde, o espírito do lugar" de Graça Morais, patente no CACGM.



"Cidades" de J. Freire, patente no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira.

Exposições



8 "Imaginário de um Trem" – Exposição fotográfica da brigantina Lauren Maganete, esteve patente no CFGD. Resultou de parceria com a AMLarte.



Biblioteca Municipal



O Escritor vai a escola – Uma iniciativa SABE com o escritor Nuno Nepomuceno.

9

+ Futsal



Seleção Nacional de sub-18 realizou, no dia 9 de janeiro, no Pavilhão Arnaldo Pereira, jogo de preparação contra a sua congénere Espanhola.

10

I Trail Urbano Noturno Solidário



Foram angariados 1.868,00€, doados à União das Misericórdias Portuguesas para as vítimas dos incêndios.

11

Tour Megacracks



- Movistar Inter Fútbol Sala é considerada a melhor equipa do mundo e realizou, pela 1ª vez, esta iniciativa fora de Espanha.
- Juntou cerca de 600 crianças de todo o distrito, 80 delas portadoras de deficiência.

12

Estado e
Vida do Município

3. Desenvolvimento Económico e Competitividade



Festival do Butelo e das Casulas



30 expositores e 27 restaurantes aderentes na Semana Gastronómica.

13

Estado e
Vida do Município

3. Desenvolvimento Económico e Competitividade



Festival do Butelo e das Casulas



“Elogio à Cozinha Transmontana” com Chef Justa Nobre e Armando Fernandes e, ainda, o Encontro com 45 confrarias presentes.

14

Benefícios Fiscais



No triénio 2014/2016 foram concedidos mais de 2,89 ME às empresas com sede no concelho, ao não aplicar o imposto da Derrama.

15

+ Economia



No quadriénio 2013/2016 a taxa de crescimento das exportações foi de 120,68% e a balança comercial registou um *superavit* de 74,09ME.

16

Estado e
Vida do Município

3. Desenvolvimento Económico e Competitividade



Coesão



X Feira de Artesanato e dos
Produtos Regionais de Parada.

III Feira Rural da Terra e da
Gente da Lombada.

17

Estado e
Vida do Município

3. Desenvolvimento Económico e Competitividade - Turismo -



+ Turismo



Pelo 2º ano consecutivo registamos taxas de crescimento acima da média nacional e da Região Norte.

18

Acrescentou que este crescimento se deve ao processo, implementado pela CMB, de promoção do território e que a eleição de Rio de Onor, como uma das sete maravilhas da categoria Aldeias, estava a dar os seus frutos.

Estado e
Vida do Município

4 . Obras Coesão Territorial



Requalificação de arruamentos



Inauguração dos obras de requalificação de vários arruamentos em Deilão.

19

**Arranjo do Largo da Ribeira do Moinho em
Serapicos**



Investimento Municipal de 80,345,00€

20

Colocação de Caixas de Contador no Exterior



Abrange as localidades de Baçal, Sacoias, Rebordãos e Pinela.
Investimento Municipal de 68,205,96€

21

4 . Obras Reabilitação Urbana

Campo de Vôlei de Praia



Projeto vencedor no âmbito do OP Jovem.

22

4. Obras

Adaptação do Recinto de Valorização de Raças Autóctones



- Para acolher a Feira de Gado.
- Investimento Municipal de 20.670,00€.

23

Cidades com Futuro



Sessão de esclarecimento sobre o IFRRU 2020 - Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbanas.

24

Movimento pelo Interior



O Presidente da Câmara foi um dos oradores reivindicando algumas medidas de discriminação positiva para os territórios do interior. s

25

Entrega de Prémios dos Concursos de Natal



- Contos – 247 alunos com um total de 107 contos
- Montras – 70 montras a concurso
- Presépios – 58 presépios a concurso

26

554 anos de Bragança Cidade



Celebração, durante 3 dias, com diversas atividades para todas as idades.

27

554 anos de Bragança Cidade



Encerrou com Sessão Solene no Teatro Municipal, no dia 20 de fevereiro.

28

Reconhecimento ao mérito



Pedro Teixeira, bragançano que está nomeado entre os 40 gestores do futuro.

29

Quanto ao jovem Bragançano Pedro Teixeira, nomeado, este ano, entre os 40 gestores do futuro, o Sr. Presidente da Câmara manifestou o seu vivo orgulho, que era também sentido por todos os bragançanos, por mais este caso de sucesso no nosso concelho.

Para terminar, e referindo-se à intervenção do membro Sampaio da Veiga, o Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que, embora ele, o Sr. deputado Sampaio da Veiga, tivesse tentado transferir, para o Município as responsabilidades financeiras da área da saúde, responsabilidades essas que não lhe são cometidas, mas que, no entanto, o Município não deixaria de trabalhar em colaboração com a ULS, e recordou-lhe que o Município até tinha financiado a Unidade de Cuidados Paliativos da Terra Fria, e que também estavam a ser aplicados programas no 1.º Ciclo e Pré-Escolar, na área da saúde.

Também recordou, ao Sr. deputado Sampaio da Veiga, que, na altura, enquanto Diretor Clínico e com responsabilidades na ULS, tinha pretendido fechar as extensões clínicas do meio rural, enquanto que, em contrapartida o Município de Bragança, e embora não sendo da sua responsabilidade, frisou, estava decididamente apostado em ajudar a tratar da saúde das pessoas.

Solicitaram esclarecimentos os membros Sampaio Veiga (PS), António Malhão (PSD), Luís Dias (PS), Alfredo Teixeira (PS), Filipe Costa (CDU), Nuno Diz (PJF Parâmio), Fátima Renovato (PS), António Anes (BE) e Luís Silvestre (PS).

Sampaio Veiga – Referiu que, quanto à responsabilidade que o Sr. Presidente da Câmara lhe tinha atribuído, e para esclarecer todos os presentes, na sua qualidade de Diretor Clínico, na altura, não tinha qualquer responsabilidade nos cuidados primários, tinha, apenas, responsabilidades na organização dos serviços hospitalares. Afirmou que manteve serviços de proximidade (consultas, exames) nos três hospitais, potenciando-os daquilo que tinham de maior capacidade para responder (ortopedia em Macedo e cirurgia ambulatória em Mirandela), mas que a urgência principal se manteve, e continua, em Bragança, sendo que a falta de uma urgência médico cirúrgica, em Mirandela, tinha sido um erro técnico que não conseguiu controlar.

Terminou, referindo que a ULS foi criada após a sua saída e que não tem nada a ver com a organização dos cuidados primários, sendo importante haver mais médicos para esta vertente.

António Malhão – Colocou as seguintes questões:

- Quanto ao Plano Limpeza das Florestas, perguntou se a CMB tinha previsto fazer algo nesse sentido, se via exequibilidade no Plano apresentado pelo Governo, se o mesmo era adaptado às especificidades do território nacional, e se via a possibilidade de se constituírem equipas de sapadores florestais nas freguesias do concelho, dado que a lei o permitia, e o Governo previa um apoio de cerca de 50% das despesas afetas a essas equipas.

Relativamente à Zona Industrial, referiu-se à preocupação/descontentamento dos empresários, que manifestaram vontade em adquirir lotes, e que não tinham obtido uma resposta aos seus pedidos.

Terminou, perguntando se já existia algum regulamento a discutir, sobre as modalidades e atribuição dos lotes, e para quando a utilização daquele novo espaço.

Luís Dias – Quanto à área florestal, perguntou em que pé estavam os trabalhos de limpeza da área florestal e se a CMB conseguia cumprir os prazos definidos.

- Relativamente às equipas de sapadores florestais, corroborou a intervenção do membro António Malhão, porque o assunto era importante, porque permitia um maior controlo dos fogos florestais, afirmando que o Governo tinha aberto concurso para 100 novos grupos de sapadores florestais, sendo que Bragança tinha prioridade no concurso, pela sua área florestal associada ao PNM e ao perímetro florestal da Serra de Nogueira

Terminou, dizendo que havia possibilidade, pelo menos, de criar duas equipas de sapadores florestais, o que podia envolver dez possíveis empregos para o meio rural.

Alfredo Teixeira – **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

“ Na informação escrita e igualmente oral acerca da atividade da Câmara Municipal, *que o Sr. Presidente nos acaba de prestar*, existe uma ausência de informação sobre a construção de barragens, pese embora ter sido uma matéria alvo de uma moção aprovada na última assembleia municipal. Lembramos os Srs. membros da Assembleia que esta questão ficou sem resposta por o Sr. Presidente não possuir, elementos capazes de responder de forma adequada, segundo informou o Senhor Presidente da Assembleia.

Sendo *nós* conhecedores de que o Sr. Ministro da Agricultura, declarou na última edição da feira do Fumeiro de Vinhais, que o Distrito de Bragança seria objeto de um investimento em regadio agrícola, na ordem de 50 milhões de Euros, resultante de candidaturas ao PDR 2020, Operação 3.4.1. Desenvolvimento de regadio Eficiente, solicitamos ao Senhor Presidente da Câmara que informe esta assembleia quais os projetos candidatados a obras de regadio agrícola, no âmbito do aviso de candidatura 01/3.4.1/2017?

Caso não tenha existido nenhuma candidatura solicitamos esclarecimento dos motivos de não apresentar candidaturas a projetos com uma subvenção não reembolsável e um nível do apoio concedido até 100% do valor de investimento elegível!?

Solicitamos ainda saber dos procedimentos que o município tenha eventualmente adotado para apresentação de candidaturas a novos avisos, que se conta venham a ser publicados brevemente? Existência de ante-projetos de barragens? Quais os perímetros de rega, previstos? Delimitações de áreas a beneficiar? E planos de investimentos?

Pautamos todas estas questões como extremamente fundamentais no âmbito das obras de coesão territorial, que a Câmara tem sempre vontade de fazer, e que são extremamente importantes para o mundo rural. ”

Filipe Costa – Apresentou, por escrito, o seguinte:

“Na sequência dos pedidos de esclarecimento da CDU na última Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que quanto à classificação da casa do Abade de Baçal como edifício de interesse municipal não tinha, na altura, elementos para responder. Tem já esses elementos para informar a Assembleia do ponto da situação deste processo, tendo em conta o carácter de urgência que o relatório da comissão apontou?

E relativamente ao mobiliário que faltava nos gabinetes de apoio para os membros das diferentes forças políticas, já foi adquirido e instalado?

A informação escrita em apreciação no segundo ponto e sobre educação não faz nenhuma referência aos problemas com parte do teto do ginásio da Escola Miguel Torga, que medidas tomou a CM no sentido de resolver o problema, considerando que já se arrasta desde maio 2017?

Neste mesmo ponto e sobre cultura dá nota, e bem, sobre diversos equipamentos e iniciativas culturais, mas nada diz sobre o cinema nesta mesma sala. Que elementos pode adiantar? Quantas sessões, quantos espectadores, preço médio dos bilhetes, etc.?

No ponto três, desenvolvimento económico e competitividade, refere a concessão de 2.89 M€ de benefício fiscal às empresas no triénio 2014-2016 por não aplicação de derrama, *e admito que não seja possível ter esta informação no imediato, mas se o Sr. Presidente tem condições de dizer qual o valor relativo discriminado para as Micro, para as Pequenas e para as Médias empresas, e a mesma informação por sectores de atividade?*

Na informação escrita não há *também* nenhuma referência ao aumento da fatura da água, nomeadamente nas tarifas que dizem respeito aos resíduos, aumento que se verificou nas faturas a partir de janeiro. Como justifica tal aumento sem *que, até, tenha havido* qualquer aviso ou informação prévia aos munícipes?

Estão a decorrer várias obras e arranjos na cidade, nomeadamente de passeios. Na rua que divide o edifício central do Hospital e a Psiquiatria e no passeio do lado do edifício central, não raras vezes as pessoas circulam pelo lancil do passeio ou *até mesmo* na estrada pois nos dias de chuva fica em lama. Estão previstas obras para compor aquele passeio, nomeadamente cimentando-o e colocando calçada?

Ainda relacionado com obras, a estrada que vai do campo redondo até à zona industrial apresenta-se com o piso degradado, a partir de determinada altura não tem passeios nem barreiras que obriguem a diminuir a velocidade, *há um movimento, bastante regular, de viaturas ali a passar. Se não foi no início do ano, foi no final do ano passado, houve, inclusive, um atropelamento com mortes naquela estrada.* Está prevista alguma intervenção?

O programa eleitoral do PSD fazia uma referência à limpeza das margens do rio ferverença mas nada dizia sobre a recuperação dos moinhos que existem *ao longo do rio.*

Está considerada, de alguma maneira, alguma intervenção? ”

Nuno Diz – Propôs, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que, futuramente, houvesse um reconhecimento ao mérito da Irmã Teresa Vaz, filha da terra, natural do Zeive, Freguesia do Parâmio, a qual dirige um colégio católico em Cuba, há muitos anos,

e que já tinha sido agraciada, pelo Presidente de República, com o grau de Comendador da Ordem de Mérito.

Fátima Renovato – Perguntou qual o motivo de não ter sido acautelada a situação caótica que se tinha criado no trânsito, na cidade, durante a noite do dia 27 e o dia 28 de fevereiro, originada pela queda de neve.

António Anes – Em nome pessoal, e como membro eleito da AMB, deu os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pela assimetria eliminada na Av. Abade de Baçal, atrás da Igreja de Santiago.

Terminou, solicitando que os convites, que lhe viessem a ser endereçados, fossem enviados por via eletrónica, com exceção daqueles que tinham que ser apresentados no evento.

Luís Silvestre – Referindo-se ao problema de circulação originado pela queda da neve, no dia 27 de fevereiro, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara onde andavam os trabalhadores da Autarquia responsáveis pela limpeza dos passeios/ruas, pois a quantidade de neve tinha impedido a circulação das pessoas e das viaturas.

Como alerta à CMB, referiu-se à via que sobe para a Zona Industrial, sita no Fundo da Veiga de Gostei, dizendo que, naquele local, havia um estrangulamento com risco de atropelamento/acidente muito elevado, e perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se já tinha planos para colmatar aquela situação, a fim de se diminuir o risco.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para responder aos esclarecimentos solicitados.

Quanto ao plano de limpeza das florestas, e no que dizia respeito à constituição das equipas de sapadores florestais, referiu que, embora a legislação/Portaria determinasse que as candidaturas deveriam ser promovidas no âmbito da Comunidade Intermunicipal, a mesma tinha deliberado não aceitar a proposta de candidatura para a criação da brigada de sapadores florestais, e que o Município de Bragança também não tinha aceite a proposta porque a limpeza da rede primária era da responsabilidade do ICNF, e que o Município não queria fazer, com dinheiros dos munícipes, aquilo que não lhe competia. Faria, sim, o que fosse de interesse para o Município.

Mais informou, que todos os municípios tinham manifestado vontade em formalizar a candidatura para a criação do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, e a construção de centrais de biomassa para 2 MWs.

Relativamente ao interesse manifestado por empresários para candidaturas a lotes Zona Industrial, informou que as obras da zona industrial se iniciaram sem qualquer financiamento, sendo que, depois, foram abertos avisos para zonas industriais. Que a CMB fez uma 1.ª candidatura, orientado a alienação dos lotes de acordo com essa candidatura, mas que, ultimamente, tendo o Governo alterado as normas dessas candidaturas, tinha sido necessário formalizar uma nova candidatura. Recordou que a obra foi adjudicada por 3.4 milhões de euros, que a respetiva execução terminava em junho de 2018, e informou que o processo do regulamento para a alienação dos lotes estava em elaboração, esperando-se que o processo estivesse pronto tão breve quanto possível.

Terminou, dizendo que o grande objetivo do Município era o de que os números dos volumes de exportação, no futuro, fossem maiores.

Quanto às candidaturas ao regadio, informou que em 2015 a CMB tinha comunicado ao Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte as necessidades do Concelho de Bragança, ao nível do regadio (construção de novos regadios e reabilitação de regadios já existentes), bem como a identificação das 3 barragens novas (Parada, Macedo do Mato e Serra da Nogueira), sendo que a reabilitação contemplava a barragem de Castanheira/Gostei.

A este propósito acrescentou ainda que, após ter comunicado as necessidades, acima referidas, à DRAPN, entidade responsável pelas candidaturas, o Município de Bragança tinha ficado despreocupado relativamente a estas questões, até ao momento em que o Senhor Ministro da Agricultura, em Vinhais, tinha declarado que havia cinquenta e dois milhões de euros para a construção de barragens no distrito de Bragança, nos quais não se incluíam as do Concelho de Bragança.

Informou, ainda, que iriam sair avisos para novas candidaturas, até final de 2018, e explicou os procedimentos a ter em conta, para elaboração dos processos de candidatura.

E, quanto à barragem de Parada, deu conta de que o projeto e o estudo de impacto ambiental estavam feitos, faltando, apenas, constituir uma Junta de Agricultores, homologada pelo Ministério da Agricultura, referindo que este processo de candidatura estava a ser trabalhado em conjunto com a União das Freguesias de Parada e Failde e a Junta de Freguesia de Coelhoso, sendo que com este regadio, viriam a ser beneficiados alguns agricultores de Coelhoso. E quanto a Macedo do Mato, informou também que se iria a começar a trabalhar, brevemente, no mesmo sentido.

Referiu, ainda, que o Município estava com três processos em mão, os quais iriam permitir novos regadios, sendo que a barragem de Parada seria aquela que reunia melhores condições para poder ser construída, no imediato.

Também informou, que a barragem de Rebordãos iria ter uma componente de aproveitamento hidroelétrico que permitiria recuperar o investimento em doze anos.

Relativamente ao mobiliário para os gabinetes dos grupos municipais, informou que o processo de aquisição já tinha sido iniciado.

Quanto à taxa de frequência no cinema, informou que havia sessões com muita gente, no entanto forneceria essa informação logo que possível, desde a sua implementação.

Quanto à derrama, o Sr. Presidente da Câmara informou também que, de momento, não dispunha dos elementos precisos para os poder fornecer aos Srs. membros da AMB.

Relativamente aos resíduos, esclareceu que tinha sido feita uma atualização de preços para garantir a sustentabilidade da empresa que faz o serviço, a Resíduos do Nordeste.

No que diz respeito à ligação entre as duas Unidades Hospitalares, referiu que estava prevista a eliminação da rua existente entre as duas unidades, sendo que o projeto envolvia outras entidades, nomeadamente o IPB, numa parceria definida para aquele efeito.

Quanto à estrada do campo redondo, que sobe para a Zona Industrial, informou que o problema estava resolvido.

Relativamente à possível homenagem sugerida pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Parâmio, referiu que tinha tomado nota e que a mesma seria, oportunamente, avaliada.

- No que concerne à dita situação caótica causada pela neve, discordou daquilo que foi dito por alguns dos srs. membros da AMB disse que os limpa neves, na noite do dia 27 de fevereiro, tinham trabalhado até às quatro horas da manhã, e que tinham retomado os trabalhos às seis da manhã do dia seguinte, sendo que o Município, obviamente não tinha capacidade para estar em todos os lugares, mas que tinha sido cumprido o que estava definido no “Plano de Intervenção de Neve e Gelo”, cujas prioridades eram a limpeza das vias principais de entrada e saída da cidade e os acessos aos equipamentos de saúde e escolas, garantindo que às sete horas da manhã havia 5 limpa neves, quatro carrinhas de apoio e vinte funcionários no terreno, já com quinze toneladas de sal espalhado, nos locais mais problemáticos.

De seguida, inscreveram-se para intervenções, os membros Amparo Alves (PSD), Idalina Brito (PS), António Anes (BE), Luís Fernandes (PUF Izeda/Calvelhe e Paradinha Nova), Nuno Diz (PJF Parâmio), António Malhão (PSD) e Luís Dias (PS).

Amparo Alves – Apresentou, por escrito, o seguinte:

“ Depois de ouvirmos a brilhante apresentação feita por sua Ex.^a o Sr. Presidente da Câmara Municipal, sobre o Estado e Vida do Município, pouco há a dizer, porque a obra fala por si.

Sr. Presidente, o trabalho que vossa Ex.^a tem feito é um orgulho para todos os Bragançanos, porque o trabalho que tem desenvolvido está a vista de todos, os meus sinceros parabéns.

Balcão Único - Sr. Presidente, a aposta deste Executivo numa plataforma capaz de responder a qualquer solicitação do munícipe, de forma rápida e eficiente, consubstanciada no Balcão Único, dotado de técnicos devidamente preparados, realiza cada vez mais atendimentos a uma população que valoriza um contato presencial e uma forma de resposta eficaz. Contra factos não há argumentos. Com atendimentos, cuja média ronda os nove minutos de tempos de espera, na ordem dos seis minutos, dificilmente se conseguirá entrar serviço de atendimento neste País com valores tão positivos espalhando uma filosofia de exigência e eficiência no serviço público. Valorize sempre os recursos humanos do Balcão Único e nunca perca uma oportunidade de

sensibilizar os mesmos para a importante função que desempenham, eles são a cara é voz da Câmara Municipal. São eles o primeiro contato com os problemas e necessidades da nossa população.

Educação - A educação é um pilar de uma sociedade moderna, também é na educação que se mede a capacidade de ser mais ou menos resiliente aos desafios deste século. Também é através da democratização da cultura e do conhecimento que se reduzem as disparidades entre setores mais e menos favorecidos da sociedade.

O contínuo investimento deste Município na educação e o apoio a projetos de ação social escolar é fulcral para o crescimento sustentado do nosso Concelho.

Ação Social - Sr. Presidente, é com enorme apreço que verifico que foram encetadas as primeiras diligências no sentido de construir uma estratégia corrente intervenção no bairro Social da Previdência. O primeiro passo foi dado com a constituição dos condomínios, e a subsequente nomeação da Câmara Municipal como administrador dos mesmos, permitindo a implementação de uma lógica estruturada no desenvolvimento sustentado e na eficiência energética, patente em vários projetos desenvolvidos por esta Autarquia, com o intuito de traçar uma estratégia que sempre esteve presente no direito à habitação e a uma melhor qualidade de vida de todos os cidadãos.

Cultura - Decorreu entre os dias trinta de novembro e cinco de dezembro a Mascarate, oitava Bienal da Mascara, sob o tema “Entrudos e Mascarados Leoneses”, com desfile pelas ruas de Bragança, com mais de quinhentos mascarados. A presença de tantos participantes permitirá várias conclusões. A primeira, é que a nossa cultura e identidade, aquilo que nos distingue e reafirma como coração de Trás-os-Montes, está viva, e com sinais de tender a atrair mais aderentes. A segunda, é que essa mesma cultura nos distingue de outros, também nos permite identificar traços comuns aos nossos vizinhos. A nossa terra só beneficiará com essa identidade comum, mas ao mesmo tempo única, a capacidade de utilizar essa identidade como cimento para fortalecer as pontes de ligação aos nossos vizinhos Espanhóis, é essencial, numa Europa que se quer cada vez mais conectada, mas que ao mesmo tempo valoriza as características únicas de cada espaço. Continue com incentivo a estas excelentes iniciativas, Bragança só poderá sair beneficiada.

Desporto e Juventude - Sr. Presidente, valorizo a atenção e atividades que este Executivo dispensa às populações idosas, especificamente às populações em áreas mais rurais, está provado que a atividade “desporto sénior” é fundamental para uma boa qualidade de vida em setores das faixas mais idosas das populações. O desporto sénior

em meio rural dirigido às populações maiores de sessenta e cinco anos de idade, das localidades de Grijó de Parada, São Julião de Palácios, Rio Frio, Salsas, Gimonde e Quintela de Lapaças, foi uma ação que espero que se propague ao restante território. Sabemos, Sr. Presidente, que uma atividade física dirigida à população sénior ajuda a reduzir a percentagem de incidência de doenças físicas e psicológicas, geralmente associadas à idade, e permite reduzir a sensação de abandono geralmente associada a fenómenos de ruralidade.

Desenvolvimento económico - A promoção da nossa cultura do nosso Centro, da nossa identidade certamente irá trazer frutos para o futuro económico da nossa região, a capacidade de atrair visitantes a diversos eventos no Concelho e a nossa balança comercial onde as exportações é definitivamente positiva, com um super habit de setenta e quatro milhões de euros e com a tendência a crescer, certamente estes números associados a outros dados, como o turismo, onde se verifica uma subida no número de dormidas em Bragança, acima da evolução das dormidas nacionais, 19,63% em Bragança, contra 11,40% nacionais, perspectiva uma evolução bastante positiva nosso produto interno bruto concelhio.

Nunca deixe de apostar na nova economia, a qual a nossa terra se consubstancia, sobretudo, no Brigantia - EcoParke, o qual serve de bandeira para que o de melhor se pode fazer em Bragança, para implementação de uma economia digital do futuro. Expor o que de melhor se faz por cá, deve ser encarado como um importante motor de promoção do que é nosso e de perpetuação da nossa marca. Destaco, cada vez mais, popular e dinamizadora “Bragança Terra Natal e de Sonhos”. A gestão e promoção de Bragança, como uma terra de bem receber e de atividades de excelência, tem, como uma das grandes marcas, esta festa temática do Natal, a qual tem, cada vez, mais aderentes nacionais e estrangeiros, tratando-se, cada vez mais, de uma marca de excelência da nossa terra.

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Srs. Vereador, Srs. Presidentes de Junta e União de Freguesias, Sras. e Srs. Deputados, a inegável apreciação da estatística macro económica do nosso Concelho desfia qualquer opinião mais negativa sobre o estado da nossa economia. Saúdo a criação dos atuais setenta e dois postos de trabalho de técnicos altamente especializados, mas queremos mais emprego, melhor economia, mais Bragança.

Ao terminar a minha intervenção, não posso deixar de referir algumas das muitas qualidades que definem V. Ex.^ª: o seu caráter, a sua humildade, a sua integridade,

competente, sensato, tolerante, e, acima de tudo, humanista, e sempre disponível para o diálogo com todos os cidadãos. Bem-haja por tudo o que faz e continua a fazer, em prol do nosso Concelho. Parabéns! Obrigada.”

INTERVALO PARA ALMOÇO – Finda a intervenção da membro Amparo Alves, quando eram treze horas, foi interrompida a sessão, para o almoço, cujo reinício ocorreu, depois de verificada a existência de quórum, às quinze horas e trinta e sete minutos, com as intervenções dos seguintes membros: Idalina Brito (PS), António Anes (BE), Luís Fernandes (PUF Izeda/Calvelhe e Paradinha Nova), Nuno Diz (PJF Parâmio), António Malhão (PSD) e Luís Dias (PS).

Idalina Brito – Apresentou, por escrito, o seguinte:

“ APRESENTAÇÃO DA MOÇÃO SOBRE

Habitação, Habitação Social, ProHabita e Renda Apoiada.

BOA TARDE A TODOS (AS);

Ex.^a Mesa (Exm^o Sr. Presidente da AM e Srs. Secretários; Exm^o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vice-Presidentes, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores);

Ex.^a Assembleia (Deputados Municipais e Srs. Presidentes de Freguesias e Uniões de Freguesia);

Ex.^a Coordenadora e Trabalhadores do Apoio Técnico e Administrativo;

Exm^o Público; Órgãos de Comunicação Social ;

Sr.^{as}, Srs. Todos os que nos estão a ouvir e ver através da Internet.

“ O Grupo do PS nesta Assembleia Municipal vai apresentar-lhes uma Moção sobre a Problemática da Habitação Social no nosso Concelho, já que é de considerar este assunto muito importante para o Estado e Vida do Município.

A evolução nas últimas décadas da sociedade em geral e do país em particular, implicando uma melhor qualidade de vida dos cidadãos, exige de todos nós uma visão global da realidade e um comprometimento de responsabilidade, valores e ética, tornando o acesso aos direitos e deveres consequentes, a determinados estratos populacionais

que ainda continuam imersos na pobreza e na exclusão económica, social, cultural, étnica ou religiosa;

Com efeito, nem as profundas alterações económicas e sociais verificadas, nem as políticas públicas e a própria iniciativa privada, foram capazes de suster completamente, apesar do muito já realizado, esse fosso de desigualdades e distanciamento de classes, mudando a realidade em diversas áreas, concretamente na da habitação, pois continuam a existir e proliferar os bairros de lata, as habitações sem condições: deterioradas, em ruínas, sem energia elétrica, água, saneamento, ou instalações sanitárias, e mesmo, situações de promiscuidade;

Atentos no Ponto 1, do Art.º 65º da Constituição da República Portuguesa, que refere: "*Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar*";

E sendo este assunto da maior importância política e social para centenas de famílias, o Grupo do PS nesta AM propõe a seguinte Moção sobre a Problemática da Habitação Social no nosso concelho, que entrega ao Sr. Presidente da Mesa.

Idalina Brito – Apresentou, por escrito, a seguinte moção:

“ MOÇÃO

Habitação, Habitação Social, ProHabita e Renda Apoiada.

1. Considerando que o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - através da *Estratégia Nacional para a Habitação* (ENH) período de 2015-2031 (aprovada em Conselho de Ministros pela Resolução nº 48/2015, de 15 de julho) se estrutura em 3 pilares: a Reabilitação Urbana; o Arrendamento Habitacional e a Qualificação dos Alojamentos;
2. Considerando que o PROHABITA é um *Programa de Financiamento para Acesso à Habitação e regula a concessão de financiamento para resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional e é*

concretizado mediante a celebração de Acordos de Colaboração entre os Municípios ou Associações de Municípios e o IHRU;

3. Considerando que o ARRENDAMENTO APOIADO é um Regime aplicável às habitações detidas, a qualquer título por entidades das administrações direta e indireta do Estado, entre as quais o IHRU,IP, das regiões autónomas, das autarquias locais, do setor público empresarial e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, que por elas sejam arrendadas ou subarrendadas com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam;

4. Considerando que o Estado Português disponibiliza através do IHRU *na cidade de Bragança, Quinta da Braguinha*, um apoio significativo no acesso à habitação de famílias carenciadas, de um *Parque Habitacional constituído por 2 edifícios com 73 frações, das quais 70 se encontram no mercado social de arrendamento e cuja renda média é de 215,25 €;*

5. Considerando que o Serviço de Educação e Ação Social (SEAS) da Câmara Municipal de Bragança, ao nível da habitação tem as seguintes competências: *a) Colaborar ou elaborar estudos sobre carências de habitação e fornecer dados sociais e económicos que determinem prioridades de ação; b) Promover a habitação social nos vários aspetos que a lei contempla;*

6. Considerando que o Parque Habitacional da CMB é constituído atualmente por 3 Bairros Sociais: Coxa, construído há 23 anos, e, Mãe D`Água e Previdência, há mais de 40;

7. Considerando que a Autarquia já realizou alguns melhoramentos exteriores, que são de louvar, nos Bairros da Mãe D`Água e Coxa, implementando equipamento desportivo e pinturas murais, mas faltando a realização de melhorias interiores, como arranjos de escadas e portas, canalizações de água e eletricidade e alguns isolamentos de telhados, paredes e janelas, mobiliário urbano e serviços à comunidade;

8. Considerando que o Bº da Previdência tem estado num abandono completo e, desde a sua construção, não teve qualquer intervenção (apesar de recentemente haver

perspetivas de tal situação se alterar através de um projeto de intervenção ao nível da melhoria da eficiência energética a que a CMB se candidatou, e que desejamos tenha êxito);

9. Considerando que na nossa cidade ainda existem 3 bairros de lata: Formarigos; Lixeira e Carreira de Tiro (este a acabar?) e a zona do Beco s/ saída, habitados por famílias de etnia cigana onde atualmente sobrevivem, ou melhor, emergem diariamente naquele lamaçal as crianças, jovens e adultos, numa amálgama de sujidade e desorganização exterior, causa de doenças e de mais exclusão económica e social, que contrasta com um razoável asseio interior, dentro dos condicionalismos que possuem;

10. Considerando que o estudo sobre a *CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS RESIDENTES EM PORTUGAL* promovido em 2013 - 2014, pelo IHRU e pelo ACM – Alto Comissariado para as Migrações, refere que é em Bragança onde se situam mais famílias com necessidades de habitação (105), sendo o único município que ultrapassa as 100 famílias no território (conf. tabela 4), residindo todas elas em alojamentos não clássicos, totalizando 418 indivíduos. (Pág. 15).

O GRUPO DO PS NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PROPÕE:

1. Continuar a requalificação e melhoria dos bairros sociais existentes, não só ao nível externo das habitações, como pinturas ou obras de arte, que são muito bonitas, mas também no seu meio envolvente com condições de convívio (mesas e bancos), prestação de serviços à comunidade (estendais), e igualmente no interior das mesmas e respetivos acessos, como escadas, iluminações, canalizações e portas;

2. Integrar algumas famílias nas habitações vagas dos diferentes bairros sociais existentes, bem como em casas antigas da zona histórica, por exemplo, que a Autarquia já adquiriu ou pode vir a adquirir, e, que após a respetiva reabilitação, possam ser arrendadas a preços compatíveis com a situação económica das pessoas;

3. Alargar o leque de apoio financeiro a mais agregados na autoconstrução ou remodelação de casas adquiridas pelos próprios, concedendo materiais de construção

civil para a realização de obras, após o respetivo estudo do Serviço de Educação e Ação Social da Câmara, de acordo com o Regulamento em vigor ou a atualizar neste ponto específico;

4. Melhorar / Projetar o espaço já existente (bairros atuais) pela construção de casas - r/c, com as infra estruturas necessárias em que os próprios moradores, envolvidos no projeto, poderiam trabalhar e apoiar na sua construção. Há muitos exemplos de projetos inovadores apresentados por vários arquitetos no âmbito da habitação social em diversas partes do mundo;

5. Incentivar e contribuir para a requalificação dos edifícios no Centro Histórico e de Reabilitação Urbana, não apenas nas fachadas, mas igualmente no espaço habitável das próprias habitações.

6. Verificar da necessidade e viabilidade de construção de um novo Bairro Social, com inserção de agregados familiares de baixos recursos económicos, que não podem pagar uma renda média no mercado do arrendamento particular, e que pertencem ou se enquadram em diferentes origens sociais, estados, géneros, credos, raças ou etnias. Neste caso, o Município teria de se candidatar a um projeto no âmbito da Habitação Social.

7. Apoiar economicamente agregados familiares que residam na cidade (ex: Bairros de S. Sebastião, Vale D`Álvaro, Mãe D`Água, Além do Rio, Fundo da Veiga de Gostei e outros), nas aldeias do concelho e vila de Izeda, e, que se encontram em situação de grave carência económica, nem têm poupanças para poderem realizar obras de melhoria e requalificação nas suas casas. Nesta situação, cada caso é diferente dos demais, requerendo uma análise específica, com o respetivo diagnóstico e encaminhamento, tendo por base um problema(s) concreto, como por ex: necessidade de cuidados de saúde essenciais à vida; situação de carácter urgente e excecional, como calamidades (fogos, inundações,...) ou situação profissional e pessoal (desemprego, violência doméstica,..); obras de conservação e beneficiação; colmatar barreiras arquitetónicas para idosos isolados e dependentes, deficientes adultos sem retaguarda familiar; evitar situações de promiscuidade, etc. Salvo raras exceções, pretende-se que os moradores permaneçam nas suas casas e localidades, não migrem para as cidades mais próximas

ou litoral, nem emigrem para outros Países, evitando-se assim uma maior desertificação do espaço rural.

8. Para a concretização deste desiderato, a Câmara Municipal de Bragança, em apoio ao Serviço de Educação e Ação Social, com um número ainda insuficiente de Técnicos para o imenso trabalho que tem de realizar, deveria criar (caso ainda não exista), um Gabinete Técnico para estudo, análise, coordenação e gestão das melhores soluções na área da habitação social e do arrendamento apoiado, constituído por pessoal técnico das áreas da arquitetura, engenharia, contabilidade e gestão, serviço social, sociologia, ou outras, que se considerem imprescindíveis para a melhor inserção social dos seus residentes, e, para uma boa construção, ambiente agradável e adequada gestão do património da Autarquia.

A subscriitora – Maria Idalina Alves de Brito (Grupo municipal do PS).”

Solicitaram esclarecimentos os membros Alberto Pais (PJF de Babe) e António Malhão (PSD).

Alberto Pais - Pediu que fosse feita uma súmula do documento, porque não tinha percebido nada.

António Malhão – Referiu que todos partilhavam das preocupação da Sr.^a deputada Idalina Brito, mas que a moção não refletia a preocupação e o trabalho realizado pela Câmara Municipal, juntamente com os Srs. Presidentes de Junta, no que ao assunto dizia respeito, informando, que no Bairro da Coxa, a CMB já tinha investido mais de um milhão de euros, para dotar as habitações de boas condições de conforto.

Acrescentou, dizendo a moção deveria ser mais sintetizada e mais objetiva e que, nos pressupostos, falava em matérias que não eram competência do Município.

Idalina Brito, respondendo aos esclarecimentos solicitados, referiu que a moção era abrangente, mas que já era uma síntese do trabalho que tinha feito, e leu algumas passagens do texto original.

Terminou, afirmando que a moção chamava à atenção para algumas lacunas que ainda existiam, e que, em momento algum, referiu que o Município não tinha feito melhoramentos.

O Sr. Presidente da Câmara, usando da palavra para falar sobre a temática da habitação social e dos bairros sociais, e referindo-se aos três bairros sociais (Coxa, Mãe de Água, e Previdência), disse o seguinte:

Relativamente ao bairro da Previdência informou que 33 frações eram propriedade da CM e 66, dos privados.

Quanto às rendas, esclareceu que os valores eram relativamente baixos, uma vez que a máxima não chegava a 110,00€, e a mínima era de 2,00€, sendo a renda média praticada nos bairros: Mãe de Água - 18,13€, Coxa - 18,48€, e Previdência - 18,08€.

Deu Também conhecimento do levantamento que a CMB havia feito, relativamente a cidadãos carenciados, tendo sido apurado que os casos mais problemáticos eram os das comunidades de etnia cigana, num total de 74 famílias na área rural: quinze em rebordãos/Sarzedá, oito em Sortes, onze em Salsas, seis no Zoio, vinte e cinco em Izeda e nove em Rossas, num total de cento e oito pessoas; e, na área urbana, trinta e uma famílias: nove nos Formarigos, oito no cruzamento de Donai, três na Carreira de Tiro e onze no Beco sem Saída, num total de trezentas e dez pessoas. No que diz respeito à habitação, o Sr. Presidente da Câmara informou que não era fácil a integração destas pessoas.

Acrescentou ainda que a CMB, relativamente ao edificado social no Bairro da Mãe d'Água, tinha investido, na última intervenção, setecentos mil euros, e no Bairro da Coxa, um milhão e cinquenta mil euros, sendo que estavam ainda previstos mais investimentos no arranjo dos espaços exteriores.

E, quanto ao Bairro da Previdência informou também que a CMB era o proprietário maioritário, a gestora dos condomínios, existindo já uma candidatura para uma intervenção e um projeto de reabilitação dos espaços físicos, no valor de quinhentos mil euros, situação articulada com os moradores dos Bairros.

Terminou, dizendo que os bairros sociais eram geridos por legislação específica, e que a moção deveria ser enviada ao Governo e não à CMB.

Fizeram intervenções os membros Júlio Carvalho (PSD), Fátima Renovato (PS), Manuel Mesquita (PJM Donai) e Rui Gonçalves (PJM Gostei).

Júlio Carvalho – Disse que toda a gente tinha o direito a uma habitação condigna, e que a CMB estava preocupada em dar uma solução a todos os problemas identificados.

Acrescentou que a moção era oportuna mas demasiado vaga, em função daquilo que a Câmara se propunha realizar, pelo que não teria o apoio do Grupo Parlamentar do PSD.

Fátima Renovato - Referiu que o resultado da apresentação da moção tinha sido positivo, porque, com a informação do Sr. Presidente da Câmara, todos tinham ficado a saber da atual situação ao nível da habitação social, o que foi realizado e o que iria realizar-se.

Terminou, dizendo que não aceitava o facto de alguém ter dito que não compreendia o teor da moção.

Alberto Pais – Para defesa da honra, referiu que o que quis dizer foi que a moção devia ser uma súmula, de forma mais prática e pedagógica, para se entender o quanto eram importantes as medidas para o Concelho de Bragança.

Idalina Brito – Disse que testemunhava todo o trabalho feito pela Autarquia, e como as pessoas estavam agradecidas à CM, que reconhecia que a moção era grande, mas que o trabalho tinha sido feito para se ter uma abordagem global de toda a realidade da questão habitacional do Concelho.

Finalizou, dizendo que defendia todas as pessoas que não tinham condições de habitação, incluindo as de etnia cigana, que pouca gente dava trabalho a estas pessoas, e que a moção apresentava várias soluções para o problema habitacional em causa.

Manuel Rodrigues – Informou que a Junta de Freguesia de Donai tudo tentava fazer para integrar as pessoas de etnia cigana, sendo que uns conseguiam integrar-se e outros só causavam problemas.

Rui Gonçalves – Referiu que não estava contra a moção, porque a mesma fazia sentido, mas que as pessoas, objeto das medidas apresentadas na moção, tinham que ser responsabilizadas, para que se comportassem como as restantes, e tentassem sair das situações de carência, para evitar estar toda a vida a receber apoios.

Fátima Renovato – Referiu que a moção não era uma questão política, e que o PS, aceitando a sugestão do Sr. Presidente da Câmara, iria enviá-la, na íntegra, ao Governo.

Após análise e discussão, foi a mesma moção submetida a votação, tendo sido reprovada, com quarenta e cinco votos contra, seis abstenções e nove votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta membros presentes.

Fizeram declaração de voto, os membros Luís Silvestre (PS) e Filipe Costa (CDU).

Luís Silvestre – “ Sr. Presidente, permita-me, nesta declaração de voto, dizer uma coisa ao Professor Rui, que é, generalizar da forma como generalizou não está correto, há muita gente que não tem posses e que tem os filhos a estudar e esses filhos têm rendimento. Eu próprio sou filho de uma mãe que fazia horas e que recebia bolsas, e que recebia tudo, fui bom aluno e estou aqui, e tenho muito orgulho do meu passado. Portanto, generalizar, da forma como generalizou, fica-lhe mal, principalmente sendo Professor.

Relativamente à declaração de voto em si, eu fiquei muito confuso, porque o conteúdo da moção falava muito em legislação que existia, feita pelo Governo, para as Câmaras concorrerem. Eu vou mandar isto para o Governo e não percebo muito bem, estou a favor daquilo que a Sr. Dra. defende, mas mandar para o Governo! Fiquei assim um bocadinho baralhado, peço desculpa.”

Filipe Costa – Apresentou, por escrito, o seguinte:

“A CDU valorizando o trabalho desenvolvido para a construção desta moção, nomeadamente a identificação de problemas concretos e partindo de fontes e dados de entidades competentes na matéria de habitação, considera que a proposta carece de uma resposta estruturada e integrada no conjunto dos problemas da habitação no meio rural e urbano do concelho de Bragança. Tendo em conta que a proposta responde apenas a problemas concretos quando a necessidade é a de resolver todos os problemas, identificados e por identificar, a CDU abstém-se.

Seguiram-se as restantes intervenções do POD.

António Anes – Apresentou, por escrito, o seguinte:

“ Sr. Presidente do município de Bragança

Relativamente à informação facultada para análise que precedeu a reunião da assembleia municipal em 2017-12-15, sobre o plano de atividades, relativamente à Associação para o desenvolvimento do Brigantia Ecopark, merece vários reparos, sobre os quais teríamos muito gosto que fossem esclarecidos por V. Ex.^a:

Conforme ata da reunião ordinária da vereação municipal do dia 2017-11-27, várias foram as questões elencadas pela Sra. e Sr. vereador - Maria da Graça Patrício e Carlos Guerra, votando contra, reparos esse que subscrevo.

Mas há mais, já que o município apregoa da avaliação efetuada pelo GÁVEA. (Departamento de Sistemas de Informação Universidade do Minho) relativa ao ranking do portal do município de Bragança, em 2016, direi, não duvido do estudo, dado o mérito sobejamente reconhecido dos intervenientes, mas se o portal da autarquia, disponibiliza informação e transações que lhe permitem ocupar esse 3º posto, outras entidades sobre a alçada do município impera a escuridão absoluta, estou a referir-me à informação fornecida pelo Município e a que consta no Portal da Brigantia Ecopark.

- As empresas referenciadas no documento fornecido, não confere o número de contribuinte em algumas delas, é o caso da ENEFI; e em outras o n.º de contribuinte não está correto.

- Há outras, que nos seus portais não referenciam o seu endereço no Ecopark é o caso da Multirest; FelisAgri; KonigMetall GT; Catraport e Galvão Meirinhos.

- E a Montesinho.pt nem existe.

- Relativamente aos trabalhadores das empresas aí a funcionar, creio que não correspondem minimamente à verdade, pela informação pesquisada, ou seja referida acima, mas será matéria a confirmar em outras ocasiões, para já, limito-me à informação disponibilizada na internet e no portal da Brigantia Ecopark.

- Não acha que sendo a Brigantia Ecopark uma associação no portal da mesma deviam constar os órgãos sociais, ou seja quem decide ou seja quem dirige?

- Como referenciado, a Brigantia Ecopark, encontra-se a funcionar aproximadamente a 40%, questiona-se, o que fazem em concreto os funcionários aí colocados, já que todas as funcionalidades e manutenções são subcontratadas.

- Como foram recrutadas essas pessoas e quais as funções?

- Há mais, na informação disponibilizada apenas foi observada no documento até aos Gastos Com o Pessoal, para se passar diretamente às considerações finais, ou seja nada a esclarecer sobre:

EcoEmpreende – 152 533,13€

Empreender + TEC – 165 000,00€

Industria [4.0-14@TAMD](#) – 200 000,00€

Em consulta às publicações no Ministério da Justiça, verifica-se constar apenas uma publicação, datada de 13-01-2009, que procede à constituição da Associação, a qual tem os seguintes órgãos sociais:

Direção – Quem são?

Concelho Fiscal – Quem são?

Concelho Científico e Tecnológico – Quem são?

Relativamente aos quais nada se sabe, nem nomes, nem entidades, não seria de bom-tom, constarem no portal do ECOPARK?

Já as receitas vêm no artº 23, *da constituição da sociedade, dos órgãos*, pelo que parece estas são constituídas apenas pelos financiamentos *do* Município de Bragança, dado o documento fornecido.

Agora vamos aos:

EcoEmpreender

Empreender + TEC

Industria [4.0-14@TAMD](#)

Conforme documentos, que seria massudo estar a ler, verifica-se que as verbas elencadas têm o caráter de financiar uns quantos, cujo retorno é duvidoso, senão vejamos o INDUSTRIA [4.0-14@TAMD](#), tem o caráter de bolsa de investigação em Automação Industrial., promovido pelo IPB, o qual pode fazer a candidatura a fundos disponibilizados para o efeito não havendo razão dessa verba estar referenciada no ECOPARK, já que os candidatos vão desenvolver o seu trabalho e usar o equipamento do IPB.

Relativamente aos outros verifica-se serem um conjunto de intenções sobre as quais são usados chavões como – dinamizar, estimular, incentivar, fomentar, aumentar,

captar, qualificar, criar, inovar, empreender, e outros, mas de concreto, espreme-se e nem sumo dão e é a isto que se chama uma boa gestão da coisa pública? ”

Luís Fernandes – Relativamente à Barragem de Parada, perguntou o motivo da União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova não poder integrar a Comissão de regantes, constituída por Parada e Coelhoso, uma vez que sempre se tinha falado que Paradinha Nova seria contemplada por essa Barragem.

Quanto à Barragem de Macedo do Mato, referiu que não lhe parecia, dada a localização prevista, que pudesse contribuir para o regadio de Izeda, por falta de cotas do terreno.

Terminou, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara se estas questões estavam acauteladas.

Nuno Diz – Quanto às barragens, referiu que deveria ser acautelada a situação da zona norte do concelho (Parâmio, Espinhosela, Carragosa e Gondesende), porque havia necessidade de uma barragem para regadio, a qual muito iria contribuir para a riqueza produzida naquelas freguesias.

Relativamente à limpeza das zonas envolventes das freguesias, referiu que seria importante esclarecer melhor as pessoas, sugerindo que, aquando do envio da fatura da água, fosse enviado um esclarecimento sobre o assunto.

Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que, durante a sessão, iria haver um esclarecimento, por parte da GNR, sobre a questão da limpeza das matas, e que no final da sessão haveria uma intervenção do Prof. Dr. Albino Bento sobre a questão da vespa das galhas dos castanheiros.

De seguida, o membro **António Malhão apresentou, por escrito, o seguinte:**

“ Esta minha intervenção irá versar sobre a valorização do interior, um tema da maior relevância, e que finalmente está na agenda política e na agenda mediática.

O desafio de revitalização e de regeneração desta parcela do território nacional é herculeano e não se resolve apenas com pequenos paliativos, e em reação ao alarmismo e à pressão mediática e social provocada pela tragédia dos incêndios do Verão passado. É fundamental pensar a organização dos territórios do interior de forma científica,

integrada e planificada, a uma escala multissetorial, tendo como horizonte temporal o médio e longo prazo.

O aprofundamento dos desequilíbrios estruturais deixa uma faixa significativa do país para trás, tornando-a cada vez mais vulnerável e incapaz de valorizar as suas enormes potencialidades.

Em plena era da globalização e da revolução digital, este mundo rural continua a ser vivido por populações com grande capacidade de resiliência, que se reinventam através de projetos de desenvolvimento em áreas inovadoras, ancoradas nas dinâmicas locais. O papel fundamental das Juntas de Freguesia representa neste processo o primeiro dique de contenção aos processos gerais de despovoamento e de envelhecimento populacionais, dinamizando múltiplos projetos e iniciativas que tentam reverterem, ao nível da microescala e das políticas de proximidade, as tendências demográficas e socioeconómicas regressivas. A sua marca de água é fazer muito e bem com pouco recursos.

Lamenta-se por isso, que estas autarquias de base continuem a ser o parente pobre do poder local ao serem privadas dos meios financeiros necessários e adequados às competências que legalmente lhes foram atribuídas, continuando o poder central a negar-lhes o direito constitucional à sua autonomia financeira. Ao longo dos últimos anos, o Estado e a administração central fechou quase tudo o que havia para encerrar, cortando a conectividade dos poucos serviços que ainda ligavam as instituições públicas aos espaços rurais. Ora, são estas políticas de abandono e de encerramento por parte dos sucessivos governos que aceleram ainda mais o despovoamento do mundo rural.

Torna-se por isso um imperativo nacional reverter esta tendência de dizimação e extermínio de uma parte do território nacional, só possível com vontade política e conjugação de esforços entre poderes públicos e privados. Na verdade, este tremendo esforço de recuperação exige uma organização planificada e multissetorial que remete para diferentes temporalidades e diferentes dimensões. É imperioso a elaboração de uma política eficiente de ordenamento e administração do território e da floresta, devolvendo-se assim ao setor primário o papel “charneira” de um novo paradigma de desenvolvimento do interior. Isso implica a necessidade de produzir um conhecimento científico aprofundado sobre a composição social, demográfica, económica e cultural destes territórios e das respetivas populações. Para além disso, temos que nos agigantar e

aproveitar todas as oportunidades, sendo mais eficientes, mais combativos e mais competitivos. Só assim conseguiremos superar as nossas fragilidades.

É prioritário percebermos que estamos perante uma realidade complexa e diferenciada, de perda ao nível da erosão dos solos e do despovoamento, e, como tal exige adaptação e reinvenção. Vai, por isso, ser preciso estudar muito e a fundo de maneira a restabelecer a ligação entre a academia, a ciência e o país da ruralidade. O Instituto Politécnico de Bragança tem essa importante missão nas mãos e dispõe de massa crítica nas diversas ciências e especialidades: da engenharia florestal e ambiental, passando pela economia agrária e regional, até à biotecnologia. O CIMO e o Laboratório Colaborativo de Investigação de Alta Montanha, recentemente apresentado, são exemplos disso mesmo. Só por intermédio da produção sistemática de conhecimento e inovação será possível delinear as melhores soluções políticas para o futuro. Esta é uma exigência do longo prazo, tão importante e decisiva como a urgência do curto prazo.

Estes novos tempos exigem ação e implicam novos atores, fazedores de obras concretas e que façam acontecer as coisas. Chega de discursos e de conversa fiada, com desculpas esfarrapadas como aquelas que nos trouxe recentemente o Senhor Primeiro-Ministro Dr. António Costa na sua recente passagem por Bragança, afirmando que o país desvalorizou “irracionalmente ao longo de décadas” as zonas de fronteira. Ora, todos nós sabemos que o Senhor Primeiro-Ministro fez parte de três governos e, como tal, também lhe cabem muitas responsabilidades nessas políticas irracionais e na falta de concretização de obras tão importantes para a nossa região como a ligação Bragança-Puebla da Sanábria, Bragança-Vinhais e Vimioso-A4. Helena Freitas, ex-coordenadora da Unidade de Missão para o Desenvolvimento do Interior ilustra bem a realidade que vivemos ao afirmar numa entrevista recente a um jornal local, a propósito da falta de vontade e apoio político para esta luta: “Senti uma grande frustração e uma enorme mágoa, porque vejo a urgência dos problemas. O alcance da Unidade de Missão não teve o apoio político necessário para “fazer o caminho” desenhado pelo organismo”.

Esta temática de valorização do interior está cada vez mais na ordem do dia e colhe hoje o apoio de todos os quadrantes. Urge, por isso, agarrar esta oportunidade e dar passos firmes aproveitando a experiência e o capital humano de quem vive e sente os problemas no dia a dia. Somos nós que conhecemos bem o nosso território que temos a obrigação de em primeiro lugar apresentar projetos e ajudar a desenvolvê-los. Aproveito para chamar aqui à colação um excelente ensaio publicado recentemente, da autoria do

Eng.º Jorge Nunes, que versa sobre um conjunto de políticas de rotura para o desenvolvimento da nossa região que deveria ser debatido e convenientemente aproveitado.

Saúdo e subscrevo também a intervenção do Senhor Presidente da Câmara na sessão do Movimento pelo interior ao reivindicar um estatuto jurídico de interioridade para os territórios menos desenvolvidos em que se possa “tratar uma parte do interior do país, como se tratou ao longo dos últimos 40 anos, o processo de insularidade, para que esses territórios pudessem beneficiar de medidas fiscais radicais”

Na verdade, não há regiões condenadas à partida ao empobrecimento. Há sim regiões sem projetos e sem protagonistas na sua liderança. Isto apenas para concluir que o problema do interior só se resolve com lideranças fortes e projetos abrangentes e transversais apenas possíveis através da regionalização. Tenho esperança que ela possa finalmente acontecer, pois tanto o líder do atual governo como da oposição sempre manifestaram o seu apoio a esta nobre causa. Obrigado pela atenção! ”

Luís Dias – Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que desse conta do ponto da situação dados os prazos legais para se proceder à limpeza das vias nas aldeias.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. membro Luís Dias, referiu que o Município tinha o levantamento daquilo que tinha a ver com a limpeza das faixas de combustível, 50 metros para cada lado das habitações, e para os 100 metros do perímetro das localidades, e que o custo rondaria os 4.5 milhões de euros, sendo que a limpeza das estradas municipais, responsabilidade do município, poderia atingir o montante de um milhão e meio de euros, caso se recorresse à contratação externa.

Quanto aos prazos, referiu que estavam desajustados à realidade do Concelho, pelos valores financeiros que envolvia e pela falta de tempo para os procedimentos concursais, para a contratação de serviços externos.

Terminou, dizendo que o Governo teria que reformular a referida obrigação de limpeza.

No que diz respeito ao Brigantia Ecopak, referiu que poderia haver, eventualmente, mais informação a ser disponibilizada no site, tal como o organograma.

Quanto à Gestão do Brigantia Ecopark, referiu que a Direção era constituída por três elementos: O Presidente da Câmara de Bragança, o Presidente do IPB, e o Representante da PortusPark. Mais informou que, na Assembleia Geral, participavam outros parceiros, nomeadamente a CM de Vila Real, o Régia Douro Park, que também tinham sido parceiros na constituição dos dois Parques, Brigantia ecopark e Régia Douro Park.

Informou também que havia projetos que eram candidatados, implementados no Brigantia EcoPark, cujos trabalhadores estavam afetos/financiados por esses programas, e as pessoas que trabalhavam no Brigantia EcoPark faziam o acompanhamento do tecido empresarial e prestavam apoio à Direção.

Acrescentou que havia mais empresas interessadas em se integrarem no Brigantia EcoPark, já com candidaturas feitas.

Lembrou ainda o projeto de âmbito nacional, já anunciado pelo Senhor Primeiro Ministro, da criação do Laboratório Colaborativo MORE – Montanhas de Investigação, a desenvolver no Brigantia EcoPark, no qual iriam ser aplicados vários milhões de euros

Quanto à questão colocada pelo Sr. Presidente da União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova, sobre as barragens, informou que não era, ainda, possível dar pormenores sobre as áreas que iriam ser beneficiadas com os respetivos projetos, mas que, nomeadamente, a barragem de Parada beneficiaria 300 hectares, não tendo sido excluída nenhuma aldeia.

Neste momento foram interrompidos os trabalhos, para que a GNR, nas pessoas do Sr. Capitão Hernâni Martins e o Sr. Sargento Soares, do destacamento de Bragança, pudessem fornecer os esclarecimentos sobre a Floresta Protegida (limpeza dos terrenos).

Depois dos esclarecimentos fornecidos, houve membros que colocaram questões.

Findas as respostas, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu ao Sr. Capitão Hernâni Martins e ao Sr. Sargento Soares, os esclarecimentos que tinham prestado, e, retomando os trabalhos da Sessão, passou ao ponto seguinte.

PONTO 4.2 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.2.1 - Autorização para abertura de procedimento concursal com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo, para 5 (cinco) postos de trabalho da carreira/categoria de técnico superior e 1 (um) técnico de informática – Projeto “Bragança acompanha – Sucesso escolar”.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e dois de janeiro do ano de dois mil e dezoito, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins e Maria da Graça Rio Patrício, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO A TERMO RESOLUTIVO CERTO, PARA 5 (CINCO) POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR E 1 (UM) TÉCNICO DE INFORMÁTICA - Projeto “Bragança acompanha – sucesso escolar”

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Unidade de Administração Geral:

“CONSIDERANDO QUE:

De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o órgão ou serviço da Administração Pública pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal;

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 56.º e alínea i) do n.º 1 do artigo 57.º, ambos da LTFP, ao contrato de trabalho em funções públicas pode ser aposto termo resolutivo certo, fundamentadamente justificado para o desenvolvimento de projetos não inseridos nas atividades normais dos órgãos ou serviços;

No âmbito do projeto “Bragança acompanha - sucesso escolar”, integrado no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar Terras de Trás os Montes, o Município de Bragança pretende acompanhar em permanência as crianças e os alunos que revelem maiores dificuldades de aprendizagem, risco de abandono escolar ou comportamentos de risco, pautando as suas intervenções nos âmbitos da capacitação das crianças e alunos e da capacitação parental tendo como referência boas práticas nacional e internacionalmente reconhecidas, através de uma equipa multidisciplinar;

Com esta equipa multidisciplinar, pretende-se responder aos seguintes objetivos:

- Promover o sucesso escolar e intervir no abandono precoce, acionando metodologias e respostas orientadas para a integração socioeducativa, igualdade de oportunidades nos processos de aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças e dos alunos.

- Reforçar a intervenção precoce e o acompanhamento personalizado;

- Reforçar a ligação escola/família;

- Motivar as crianças e os alunos nas suas aprendizagens através de tecnologias aliciantes e metodologias diferenciadoras;

- Reforçar o trabalho colaborativo nas abordagens à promoção do sucesso escolar.

Nos termos e em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 30.º da LTFP, “O recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de

um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.”, admitindo o n.º 4 do mesmo artigo que, em caso de impossibilidade de ocupação de postos de trabalho por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado, o órgão ou serviço, pode recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo, mediante procedimento concursal, precedendo parecer favorável do órgão executivo e deliberação de autorização do órgão deliberativo (Assembleia Municipal);

O Mapa de Pessoal para o ano de 2018, contempla a criação dos seguintes postos de trabalho, a preencher com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo, previstos e não ocupados, necessários para assegurar o projeto “Bragança acompanha - sucesso escolar”, pelo período de três anos:

- 1 (Um) Técnico Superior na área de atividade – Sociologia;
- 1 (Um) Técnico Superior na área de atividade – Serviço Social;
- 3 (Três) Técnicos Superiores na área de atividade – Psicologia e especialidade:
 - a) 1 (Um) em Psicologia Clínica e da Saúde;
 - b) 1 (Um) em Psicologia da Educação;
 - c) 1 (Um) em Psicologia do Trabalho, Social e das Organizações.
- 1 (Um) Técnico de informática de grau 1, nível 1.

CONSIDERANDO, AINDA QUE:

O recrutamento de trabalhadores nos municípios em situação de saneamento ou de rutura encontra a sua previsão no artigo 53.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2018;

Da consulta à Ficha do Município de Bragança, em anexo, encontram-se cumpridas as regras de equilíbrio orçamental, bem como o cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, pelo que este município pode, em 2018, proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos

termos e de acordo com as regras previstas no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas;

Para cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, 20 de Junho, foi acautelada a dotação suficiente no Orçamento Municipal para o ano de 2018, para a ocupação dos postos de trabalho infra identificado, a preencher com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo, na rubrica designada por RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO, 0501/01010604, conforme informação de cabimento anexa ao processo;

Os deveres de informação previstos no artigo 8.º da Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, têm vindo a ser pontual e integralmente cumpridos por esta Câmara Municipal, através dos reportes de informação obrigatórios, verificação efetuada por consulta da Ficha do Município;

As soluções interpretativas uniformes da Direção-Geral da Administração Públicas, homologadas pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 15 de julho de 2014, isentam as autarquias locais da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas [INA], no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação;

Na administração autárquica, o exercício das competências previstas para a entidade gestora do sistema de requalificação (INA, nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 80/2013 e no artigo 3.º da Portaria n.º 48/2014) compete a uma entidade gestora da requalificação nas autarquias (EGRA) relativamente aos respetivos processos de reorganização e trabalhadores, a constituir no âmbito de cada área metropolitana e comunidade intermunicipal (n.º 1), e que o âmbito de aplicação dos procedimentos previstos no regime de requalificação é o da área da entidade intermunicipal (n.º 4);

Assim, a competência cabe à Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, mediante emissão de declaração da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para os postos de trabalho em causa, ou declaração de inexistência ou não constituição da EGRA;

Que quanto à impossibilidade de ocupação do posto de trabalho em causa por trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente constituída, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, a Câmara Municipal de Bragança já diligenciou o procedimento de consulta à Comunidade Intermunicipal da área, tendo sido remetida Declaração de não constituição da entidade gestora da requalificação nas autarquias locais (EGRA), anexo ao processo.

PROPOSTA:

Ao abrigo das disposições supracitadas, propõe-se à Câmara Municipal, ao abrigo do n.º 4 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, emissão de parecer favorável e ainda que delibere, propor, à Assembleia Municipal, autorização para abertura de procedimento concursal com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo, para ocupação dos seguintes postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal para o ano de 2018, para a Divisão de Educação, Cultura e Ação Social:

- 1 (Um) Técnico Superior na área de atividade – Sociologia;
- 1 (Um) Técnico Superior na área de atividade – Serviço Social;
- 3 (Três) Técnicos Superiores na área de atividade – Psicologia e especialidade:
 - a) 1 (Um) em Psicologia Clínica e da Saúde;
 - b) 1 (Um) em Psicologia da Educação;
 - c) 1 (Um) em Psicologia do Trabalho, Social e das Organizações.
- 1 (Um) Técnico de informática de grau 1, nível 1.

Para efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o contrato de trabalho em funções públicas será celebrado a termo resolutivo certo, no âmbito do projeto “Bragança acompanha - sucesso escolar.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta, bem como submeter à Assembleia Municipal, para

autorização da abertura de procedimento concursal com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo, para ocupação dos referidos postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal para o ano de 2018, para a Divisão de Educação, Cultura e Ação Social, nos termos propostos.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 19 de fevereiro de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.”

Em complemento da informação contida na certidão da CMB o **Sr. Presidente da Câmara**, usando da palavra para apresentação do tema, referiu que a CM estava a dar cumprimento a um projeto a implementar pelo Município, de âmbito intermunicipal, em que, cada município teria a responsabilidade de criar um gabinete, que o projeto teria a duração de três anos, e cujos contratos seriam a termo certo, projeto esse que iria promover o sucesso e evitar o abandono escola.

Não tendo havido pedidos de esclarecimento, inscreveram-se, para intervenções, os membros António Anes (BE) e Filipe Costa (CDU).

António Anes - Sobre o recrutamento de trabalhadores, referiu que o Município de Bragança não procedia ao recurso de mobilidade entre municípios, ou organismos públicos, de trabalhadores já com vínculo de emprego publico, como estava a acontecer no ISS (Instituto da Segurança Social).

Referiu, ainda, que, em primeiro lugar, a CMB deveria ter procedido à legalização de precários ao serviço do Município, conforme moção que o Grupo Municipal do BE já tinha apresentado na AM, e que foi rejeitada.

Para terminar, afirmou que a CMB não se tinha disponibilizado para acolher alguns dos trabalhadores, a laborarem em Bragança, e que tinham sido colocados em regime de mobilidade, sendo que, pelos vistos, faziam falta nos serviços a que pertenciam, assim como em outros organismos públicos.

Filipe Costa – Dado que, no final dos três anos, o projeto perdia validade, na medida em que deixava de ser necessário o acompanhamento do sucesso escolar das crianças, perguntou qual era a razão pata tal.

O Sr. Presidente da Câmara, respondendo à questão que lhe foi colocada, referiu que o projeto tinha a duração de três anos, que tinha sido promovido no âmbito da CIM, que era uma necessidade temporária, e que, findos os três anos, não havia mais financiamento para o projeto, mas que, depois, as escolas poderiam dar continuidade ao projeto, mas não de forma igual a esta, porque este era financiado por fundos comunitários e terminaria em 2020.

Após análise e discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, cinquenta e seis membros presentes.

Não houve declarações de voto.

PONTO 4.2.2 – Apoio às Juntas de Freguesia.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia doze de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA

Pelo Sr. Presidente foram presentes as seguintes propostas depois de verificadas pela Divisão de Administração Financeira:

“A **Junta de Freguesia de Gostei** (NIPC 507213416) solicitou um apoio financeiro, no valor de 10.000,00 euros, para conclusão das obras nos cemitérios paroquiais de Formil e Gostei.

A presente despesa enquadra-se no Orçamento Municipal para o ano de 2018, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, associada ao projeto do Plano de Atividades Municipal n.º 18/2018 - Apoio na realização de obras de beneficiação em vários cemitérios estando, em 07.02.2018, com um saldo de cabimento disponível de 50.000,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nesta mesma data, a 7.559.915,27 euros.

Assim, ao abrigo das alíneas o) e ff), do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 10.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 566/2018), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 e alínea k) do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

“**A Junta de Freguesia de São Pedro de Sarracenos** (NIPC 506620565) solicitou um apoio financeiro, no valor de 9.000,00 euros, para recuperação e ampliação do depósito de armazenamento de água.

A presente despesa enquadra-se no Orçamento Municipal para o ano de 2018, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, sem plano, estando, em 07.02.2018, com um saldo de cabimento disponível de 548.486,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nesta mesma data, a 7.559.915,27 euros.

Assim, ao abrigo das alíneas o) e ff), do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 9.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 567/2018), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 e alínea k) do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referidas propostas, bem como submeter à Assembleia Municipal, para deliberação, nos termos propostos.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 16 de fevereiro de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.”

Não houve pedidos de esclarecimentos.

Para intervenção, usou da palavra o membro Filipe Costa (CDU), tendo apresentado, por escrito, o seguinte:

“ É recorrente a Câmara Municipal trazer, para deliberação, às reuniões da Assembleia Municipal o apoio às freguesias nos seguintes termos:

Por solicitação da Junta de Freguesia X compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes (...) e promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, apresentando à assembleia municipal uma proposta sobre matérias da competência desta.

E consegue a CM enquadrar nisto obras num cemitério e recuperação e ampliação do depósito de armazenamento de água!!!

Ora uma das competências da Assembleia Municipal é deliberar sobre as formas de apoio às Freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações e autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.

Isto é o que nos diz o articulado da lei 75/2013 que a CM nos apresenta, contudo a lei 75/2013 quanto à relação entre as Juntas de Freguesia e a CM diz o seguinte:

O Estado, as autarquias locais e as entidades intermunicipais articulam entre si a prossecução das respetivas atribuições, recorrendo à delegação de competências. A delegação de competências concretiza-se através da celebração de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade. A negociação, celebração, execução e cessação dos contratos obedece aos seguintes princípios:

- a) Igualdade
- b) Não discriminação
- c) Estabilidade

- d) Prossecução do interesse público
- e) Continuidade da prestação do serviço público
- f) Necessidade e suficiência de recursos

Ora o que a Câmara Municipal vem propor à Assembleia Municipal é que delibere, não no respeito pela autonomia das Juntas de Freguesia e com as regras que a lei determina quanto à relação entre as Juntas de Freguesia e Câmara Municipal, mas sim um articulado em que a Câmara Municipal trata as Juntas de Freguesia como departamentos da Autarquia ou outras entidades que necessitam de pedir apoios à concretização de obras que são competência da Câmara Municipal.

E mais, a responsabilidade dos termos em que a CM apresenta a esta assembleia o apoio às freguesias, não é apenas por vontade do Sr. Presidente da CM *e dos vereadores do PSD*, é responsabilidade de todos os membros do executivo, onde se inclui os vereadores do PS, *que permitem que venha nestes termos à Assembleia Municipal, porque ela foi votada por unanimidade.*

Reafirmamos a nossa posição de respeito pela autonomia das Juntas de Freguesia, tal como nos batemos pelo respeito da autonomia do poder local democrático em relação ao poder central e consideramos que a melhor forma de defender os interesses das populações é as Juntas de Freguesia exigirem o cumprimento das regras que a lei determina ao desempenho das suas atribuições.

Nesse sentido, enquanto persistir o desrespeito pela autonomia das Juntas de Freguesia, enquanto a CM insistir em propor à Assembleia Municipal a deliberação sobre diversos assuntos em termos que não correspondem às regras que a lei determina, contará com a oposição da CDU.”

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra, para informar o Sr. Filipe Costa que a Câmara Municipal se sentia muito confortável com a responsabilidade de poder ajudar as freguesias do concelho, e que ele e o seu Executivo nunca ficariam com problemas de consciência relativamente à forma como isso era feito, isto é, contribuir para que as juntas de freguesia pudessem manter a sua autonomia e realizar obras em benefício das pessoas que representavam, pelo que podia, o Sr. Filipe Costa, ficar descansado.

Após análise e discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra da CDU, zero abstenções e cinquenta e sete votos a favor, estando, momentaneamente, cinquenta e oito membros presentes.

Fizeram declaração de voto os membros Fátima Renovato (PS) e Filipe Costa (CDU).

Fátima Renovato – “Vou fazer uma declaração de voto só no sentido de que efetivamente o representante da CDU disse que os Vereadores do PS nunca se opunham, nunca se opõem a que efetivamente seja dado verbas para as freguesias, porque as freguesias necessitam dinheiro para se administrar e orientar os seus trabalhos. Pena é que, realmente, não seja igual para todas as freguesias, mas mais vale algumas do que nenhuma. Portanto, pena é que não seja para todos da mesma maneira, por isso votamos a favor, sempre a favor, das juntas de freguesia.”

Filipe Costa – Apresentou, por escrito, o seguinte:

“ A CDU justifica o seu sentido de voto não pelo maior ou menor peso na consciência do Sr. Presidente e restantes vereadores assumem a forma de apoio às Juntas de Freguesia como aqui foi veiculado, a CDU justifica o seu sentido de voto por considerar que os termos em que são apresentados à Assembleia Municipal os apoios às Juntas de Freguesia não se coadunam com as determinações da lei quanto à relação entre JF e CM e subalternizam as Juntas de Freguesia e a Assembleia Municipal. ”

PONTO 4.2.3 – Pessoal auxiliar para as atividades de animação e apoio à família e prolongamento de horário no Jardim de Infância e na EB1 de Parada – Ano letivo de 2017/2018 - Alteração da entidade Coordenadora/Gestora.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia doze de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, aprovada em minuta, e com a presença

dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PESSOAL AUXILIAR PARA AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA E PROLONGAMENTO DE HORÁRIO NO JARDIM DE INFÂNCIA E NA EB1 DE PARADA – ANO LETIVO DE 2017/2018 – ALTERAÇÃO DA ENTIDADE COORDENADORA/GESTORA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pela Divisão de Educação, Cultura e Ação Social

“Na reunião ordinária da Câmara Municipal de 26 de junho de 2017, foi deliberado a atribuição de verbas aos Agrupamentos de Escolas para colocação de um número mínimo de auxiliares para assegurarem o bom funcionamento do programa de generalização de refeições, nomeadamente o apoio à hora de almoço (pré-escolar e 1.º ciclo) e as Atividades de Animação e Apoio à Família (pré-escolar), em alguns estabelecimentos de ensino, no ano letivo de 2017/2018.

De entre as horas e número de auxiliares propostos, de acordo com as necessidades apresentadas pelos agrupamentos de escolas, o número de crianças e alunos, as tarefas a efetuar e os recursos existentes nas escolas, e aprovados na referida reunião, consta a atribuição, ao Agrupamento de Escolas Abade de Baçal, de 2.784,00€, para colocação de uma auxiliar, duas horas por dia, na EB1 de Parada, e de 4.536,00€, para colocação de uma auxiliar, três horas por dia, no Jardim de Infância de Parada.

Consta da deliberação que a transferência das verbas seria efetuada em três tranches correspondentes a cada um dos períodos letivos.

Em fase de preparação do ano letivo, o Agrupamento de Escolas Abade de Baçal colocou a concurso a contratação de pessoal para aquelas horas tendo os procedimentos ficado desertos por falta de interessados, não conseguindo o Agrupamento de Escolas a colocação de qualquer auxiliar nos estabelecimentos de ensino acima referidos.

No caso da EB1 de Parada a situação foi resolvida por diligências tomadas pelo Presidente da União das Freguesias de Parada e Faílde que conseguiu colocar a auxiliar

necessária. No Jardim de Infância a situação tem que ser resolvida pelo Município de Bragança.

Perante o exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere a revogação da atribuição das verbas ao Agrupamento de Escolas Abade de Baçal para colocação das auxiliares na EB1 e no JI de Parada, no total de 7.320,00€, procedendo a Divisão de Administração Financeira ao acerto de verbas no momento da transferência da segunda tranche prevista para o ano de 2018, e delibere submeter a aprovação da Assembleia Municipal a atribuição da verba de 2.784,00€, à União das Freguesias de Parada e Faílde, para apoio à colocação da auxiliar, duas horas por dia, na EB1 de Parada.

A despesa tem enquadramento orçamental na rubrica 01.02/04.05.01.02 - Transferências correntes - Freguesias, com a proposta de cabimento n.º 271/2018.

Os fundos disponíveis ascendem na presente data a 8.323.504,25 €.

A competência para autorizar a despesa é da Exma. Assembleia Municipal conforme o estipulado na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”.

Deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta de revogação da atribuição das verbas ao Agrupamento de Escolas Abade de Baçal para colocação das auxiliares na EB1 e no JI de Parada, no total de 7.320,00€, procedendo a Divisão de Administração Financeira ao acerto de verbas no momento da transferência da segunda tranche prevista para o ano de 2018.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter, para deliberação da Assembleia Municipal, a atribuição da verba de 2.784,00€, à União das Freguesias de Parada e Faílde, para apoio à colocação da auxiliar, pelo período de duas horas por dia, na EB1 de Parada, nos termos propostos.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 16 de fevereiro de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, cinquenta e nove membros presentes.

Não houve declarações de voto.

PONTO 4.2.4 – Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. – Designação de Fiscal Único para o Mandato 2017-2021.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e dois de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A. – DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO PARA O MANDATO 2017-2021

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

“Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 17.º dos estatutos da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. "A fiscalização da empresa é exercida por um Revisor ou por uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designado pelos órgãos deliberativos dos municípios que a integram, diretamente ou através da associação, sob proposta do Conselho de Administração (...)"

O atual Fiscal Único, órgão integrado por António Fernando Ledo de Matos, contribuinte n.º 5813920, com sede na Avenida D. Dinis, n.º 25, 2.º 5000-600 Vila Real, terminou o mandato no final do ano de 2017.

A atuação do titular do referido órgão revelou-se consentânea com os valores, atribuições e objetivos desta empresa intermunicipal, revelando conhecimento e especialização adequados à função.

Foi assim do entendimento do Conselho de Administração, plasmado em deliberação de 19 de dezembro de 2017 e da Assembleia-Geral em deliberação de 19 de dezembro de 2017, que o mandato fosse renovado para o quinquénio de 2017/2021, nas mesmas condições pelas quais tinha vindo a ser prestado.

A designação foi aceite por declaração emitida pelo titular designado, com data de 19 de dezembro de 2017, documento que se junta à presente proposta.

Assim, com base no entendimento do Conselho de Administração desta empresa propõe-se a designação do Fiscal Único, órgão integrado por António Fernando Ledo de Matos para o mandato 2017-2021.

Mais se propõe que nos termos do n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto a presente proposta seja submetida a deliberação da Assembleia Municipal nos termos previstos na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submeter, para deliberação, da Assembleia Municipal, nos termos propostos.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 22 de fevereiro de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.”

II – Anexo I

Declaração ”

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para fornecer a seguinte informação adicional.

Que a Empresa Resíduos do Nordeste era uma empresa intermunicipal, detida por 13 municípios, os do Distrito de Bragança, mais o de Foz Coa, e que o Conselho de Administração tinha deliberado, em 19 de dezembro/2017, manter o Revisor Oficial de Contas, e que a Resíduos do Nordeste também tinha deliberado no mesmo sentido, pelo que, e tendo em conta que tinha havido uma deliberação, por unanimidade, de todos os associados, a CMB submetia à deliberação da AM, a nomeação deste revisor oficial de contas.

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, três abstenções da CDU e do BE, e cinquenta e seis votos a favor, estando, momentaneamente, cinquenta e nove membros presentes.

Não houve declarações de voto.

PONTO 4.3 – DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.3.1- Declarações de compromisso plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2017.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e dois de janeiro do ano de dois mil e dezoito, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins e Maria da Graça Rio Patrício, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DECLARAÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

“Em cumprimento do previsto no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, pelo Sr. Presidente foram presentes, para conhecimento, e envio à Assembleia Municipal, as Declarações de Compromissos Plurianuais, Pagamentos e Recebimentos em Atraso existentes em 31 de dezembro de 2017.”

O Executivo tomou conhecimento e remete à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 19 de fevereiro de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – Anexos:

II – Declaração – Compromissos Plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2017;

III – Declaração – Pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017;

IV – Declaração – Mapa dos recebimentos em atraso existentes em 2017/12/31.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para fornecer a seguinte informação adicional.

Informou que o Município era obrigado a dar conta à AM dos pagamentos em atraso no final do ano, relacionados com dívidas de água, saneamento, resíduos, rendas da parte da habitação social e outras, acrescentando que ainda constavam no mapa algumas rendas que já deviam ter saído da listagem, nomeadamente aquelas que já tinham prescrito.

Tomado conhecimento.

PONTO 4.3.2 - Isenções totais ou parciais relativamente a impostos e a outros tributos próprios (n.º 2, art.º 16.º da lei n.º 73/2013 de 03/09) no âmbito da autorização genérica conforme deliberação da Assembleia Municipal em sessão de 15 de dezembro de 2017.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que nas Atas das Reuniões Ordinárias desta Câmara Municipal, realizadas nos dias, oito de janeiro e vinte e dois de janeiro, do ano de dois mil e dezoito, devidamente aprovadas; e doze de fevereiro, do ano de dois mil e dezoito, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontram as deliberações constantes do mapa anexo.

Considerando a autorização genérica deliberada pela Assembleia Municipal, em Sessão de 15 de dezembro de 2018, com limites à concessão de isenção ou redução do pagamento de taxas para o ano de 2018 e para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dá-se conhecimento à Exma. Assembleia Municipal.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 19 de janeiro de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – Anexo V

Listagem - 2 páginas ”

Tomado conhecimento.

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

1.º Secretário – João Adriano Rodrigues

2.ª Secretária – Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro

2 - DEPUTADOS

José Alberto Moutinho Moreno

Isabel Maria Lopes

Júlio da Costa Carvalho

António Eduardo Fernandes Malhão

Maria do Amparo Mendes Alves

Filipe Osório Caldas

Jorge Manuel Pinto da Silva Ferreira

Maria Isabel Barreiro Ribeiro

Manuel Norberto Trindade

Luís Aníbal Rodrigues Martins

Natividade de Lurdes Gonçalves

Vitor Emanuel Ladeira Dias

Paulo Rafael Nogueiro Preto

Hugo Miguel de Lima Afonso Mesquita Trigo

Fernando Manuel Gomes Alves

Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso

João Manuel Dias Sardinha

Rui Miguel Borges Pires

Adelaide da Conceição Miranda Fernandes *

PARTIDO SOCIALISTA

Manuel Pinto Sampaio da Veiga

Luís Manuel Silvestre

Maria de Fátima Renovato Veloso

Alfredo Jorge Costa Teixeira

Adélia de Lurdes Rodrigues Sendas Melgo

Altino Telmo Gonçalves Afonso

Maria Idalina Alves de Brito

Luís Avelino Guimarães Dias

Paulo Daniel Oliveira Lopes

Normando dos Santos Lima *

BLOCO DE ESQUERDA

Catarina Isabel Carvalho Ferraz Assis

António Cândido Anes

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/PARTIDO POPULAR

João Manuel Saldanha

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (PCP-PEV)

Filipe Manuel Calvário da Costa

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA / UNIÕES DAS FREGUESIAS

Alfaião – António Manuel Teixeira Baptista (PPD/PSD)

UF-Aveleda e Rio de Onor – Mário Francisco Gomes (PPD/PSD)

Babe – Alberto Manuel de Sousa Pais (PPD/PSD)

Carragosa – Élio Manuel Moreira Garcia Vaz (PS)

UF-Castrelos e Carrazedo – César Luís Gonçalves (PPD/PSD)

Donai – Manuel José Mesquita Rodrigues (PPD/PSD)

Espinhosela – Octávio Manuel Alves Reis (PPD/PSD)

França – Carlos Manuel Afonso da Silva (PPD/PSD)

Gimonde – António Manuel Choupina Assares (PPD/PSD)

Gondesende – Augusto David Afonso Pires (PPD/PSD)

Gostei – Rui Manuel da Costa Gonçalves (PPD/PSD)

UF- Izedá, Calvelhe e Paradinha Nova – Luís Filipe Pires Fernandes (PS)

Macedo de Mato – Manuel Augusto Crisóstomo (PPD/PSD)

Nogueira – António Augusto de Vila Araújo (PPD/PSD)

Outeiro – César Augusto Garrido (PPD/PSD)

UF- Parada e Failde – Sandra Manuela Rodrigues Afonso (PPD/PSD)

Parâmio – Nuno Miguel Martins Diz (PS)

Pinela – Alex Olivier Alves Rodrigues (PPD/PSD)

Quintela de Lampaças – Miguel Francisco Pinto (PPD/PSD)

Rabal – Jaime Rodrigues Loureiro (PPD/PSD)

Salsas – Pedro Miguel Ramos Zoio (PPD/PSD)

Santa Comba de Rossas – Luís Filipe Verdelho Paula (PPD/PSD)

UF – São Julião de Palácios e Deilão – Altino Francisco Pereira Pires (PPD/PSD)

São Pedro de Serracenos – Humberto José dos Santos (PPD/PSD)

UF- Sé, Santa Maria e Meixedo – Telmo Ramiro Prada Afonso (PPD/PSD)

Sendas – Dinis Augusto Dias Pinela (PPD/PSD)

Serapicos – Rui Fernando Pires Caetano (PPD/PSD)

Sortes – José Bernardo Martins Rodrigues (PPD/PSD) **

Zoio – Hélder Jorge dos Santos (PPD/PSD)

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

João dos Santos Cabrita da Encarnação - Justificada

Manuel Fernando Afonso Gonçalves - Justificada

PARTIDO SOCIALISTA

António Eugénio Gonçalves Mota - Justificada

Sandra Marina Veiga Marrão * - Justificada

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA / UNIÕES DAS FREGUESIAS

Baçal – Luís Filipe Pires Carvalho (PPD/PSD) - Justificada

Castro de Avelãs – João António da Silva Rodrigues (PPD/PSD) - Justificada

Coelhoso – Paulo Manuel Almeida da Veiga (PPD/PSD) - Justificada

Grijó de Parada – Elisabete de Jesus Rodrigues Geraldês dos Santos (PS)- Justificada

Mós – Anabela Afonso Pereira Rodrigues (PPD/PSD) - Justificada

Quintanilha – Henrique António Fernandes (PS) - Justificada

UF- Rebordainhos e Pombares – Albino Alves Rodrigo (PPD/PSD) - Justificada

Rebordãos – Adriano Augusto Correia Rodrigues (PPD/PSD) - Justificada

UF- Rio Frio e Milhão – Adriano Augusto Ferreira (PPD/PSD) - Justificada

Samil – Telmo Ricardo Alves Malhão (PPD/PSD) - Justificada

(*) – Membro suplente

(**) - Substituto

Aos membros que faltaram à sessão, por não se poderem deslocar, dadas as condições climatéricas (muita neve), a Mesa decidiu justificar-lhes a falta.

Terminada que estava a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que o Sr. Prof. Dr. Albino Bento iria fazer uma intervenção sobre a vespa das galhas dos castanheiros, dirigida, especialmente, aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, o que, em seguida, depois de terminada a sessão, foi feito.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão, às dezassete horas e cinquenta minutos, e, do que nela se passou, se lavrou a presente ata que, depois de achada conforme, vai ser presente, para discussão e votação, na 2.ª sessão ordinária da AM do ano de 2018, a realizar no dia 27 de abril de 2018, e vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

Luís Manuel Madureira Afonso (Presidente) _____

João Adriano Rodrigues (Primeiro Secretário) _____

Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro (Segunda Secretária)

NOTAS: 1- Os anexos encontram-se arquivados junto da ata original, arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.

2 - Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros, encontram-se, escritas a itálico, as informações adicionais que foram dadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.